



SUPREMA DERROTA

Planalto desconfia de senadores da base que votaram contra Jorge Messias para abrir a vaga em favor do ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas.

Intervenção Judicial no Rio perde força com a posição firme de senadores. Lideranças do Senado e da Câmara do PL, União Brasil e Progressistas — agora mais fortalecidos — adiam coletiva de imprensa para o próximo dia 05, exigindo respeito à Constituição e posse do governador constitucional.

MAGNAVITA - PÁGINA 23

A derrota de Messias é o fim de uma era de submissão do Senado ao Executivo. O “não” do Plenário obriga Lula a recuar e buscar um nome de conciliação, sob pena de sofrer um novo e humilhante veto.

EDITORIAL - PÁGINA 2

“Nada tenho contra o Messias. Mas, se ele for derrotado, daqui para a frente todos os governos terão que negociar com o Senado as indicações para o STF”, disse Alcolumbre.

TALES FARIA - PÁGINA 2

As democracias mais estáveis procuram diluir o peso da decisão individual, valorizar trajetórias jurídicas densas e preservar uma distância mínima entre a Corte Suprema e o embate político imediato.

VINÍCIUS LUMMERTZ - PÁGINA 13

Messias teve 16 votos na Comissão de Constituição e Justiça, quando o mínimo seria 14. E somente 34 no plenário do Senado, quando pelo menos teria que ter 41.

CORREIO POLÍTICO (RUDOLFO LAGO) - PÁGINA 14

A recusa da indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal transformou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), no principal inimigo do Palácio do Planalto.

CORREIO BASTIDORES (FERNANDO MOLICA) - PÁGINA 16

Fernando Molica

Derrota marca o fim de uma era

A reprovação de Jorge Messias para uma vaga no Supremo Tribunal Federal evidenciou a falência de um modelo de indicações para o Supremo Tribunal Federal baseado na busca de garantia de impunidade pelo presidente da República e na submissão ao jogo de fisiologia do Senado.

É normal que, aqui ou em qualquer outros país com sistema semelhante de escolha de integrantes da suprema corte, governantes busquem juristas com quem tenham afinidades na maneira de ver e interpretar o mundo.

Mas as pedaladas processuais da Lava Jato e a polarização política que acabou incentivada pela República de Curitiba mudaram essa lógica entre nós. No Mensalão, ministros nomeados por Lula, como Joaquim Barbosa, votaram pela condenação de personagens ligados ao PT.

Muita gente foi mandada para a cadeia, mas não houve maiores traumas institucionais e jurídicos, prisões preventivas não foram utilizadas para forçar delações, a Justiça não fez tabelinha com o Ministério Público.

Na Lava Jato, as ilegalidades cometidas nos processos tiveram um efeito danoso para a Justiça, como atestou o STF ao anular tantas decisões. Mais: gerou nos presidentes da República posteriores à operação — Jair Bolsonaro e Lula — a necessidade de indicar para o STF pessoas que, em tese, não os mandariam para a cadeia.

Associada ao radicalismo político, essa intenção por parte dos chefes do Executivo distorceu de vez o mecanismo de escolha dos futuros ministros, algo que seria ainda agravado pela tentativa golpista e pelos julgamentos e condenações dos executores e planejadores da tentativa de implantação de uma nova ditadura.

Ao estabelecer penas em muitos casos excessivas para os defensores da abolição da democracia, o STF criou um novo polo de atrito, promoveu a sensação de que julgara mais com o fígado do que com a razão.

A radicalização progressiva fez com que a indicação para ministro do STF deixasse de ser um ato jurídico influenciado pela política para se transformar em processo escancarado de disputa do poder. As exigências presentes na Constituição para a escolha de membros da suprema corte — notável saber jurídico e reputação ilibada — foram, de vez, sepultadas.

As suspeitas relacionadas a ministros do STF pioraram a situação. Diferentemente do que alegam integrantes da corte, apurar responsabilidades não enfraquece a corte; o que a fragiliza é a insistência de transformar em crítica à instituição os reparos feitos à atuação de alguns de seus membros. Ao se colocarem acima das leis, eles atentam contra a própria força.

Fundamental na preservação da democracia, quando precisou até mesmo vencer o imobilismo do procurador-geral da República, Augusto Aras, o STF não soube se recolher, continuou a atuar como um poder superior, o que gerou inconformismo no universo político.

A votação no Senado mostrou que, para a indicação ao STF, passaram a valer as regras comuns no jogo da política brasileira, a priorização dos interesses parlamentares, republicanos ou não. A derrota do governo é, principalmente, a vitória do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e confirma que o Executivo virou refém de um Legislativo de poder ilimitado e voraz.

Tales Faria

O Plano B de Alcolumbre é fazer as próximas indicações para o STF

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), procurou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AM), antes de bater o martelo sobre sua posição em relação à indicação apresentada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal. Braga conta que perguntou a Alcolumbre:

“Você tem plano B para a derrubada do Messias?”

O presidente do Senado respondeu: “Não, não tenho.”

O líder teria arrematado: “Então, sem plano B, não vejo motivo para votar contra a indicação do presidente.”

Ao levar a pergunta para o presidente da Casa, Eduardo Braga expressou uma dúvida que corria solta pelos bastidores do Senado, não só no MDB: qual seria o plano de Alcolumbre para após a indicação ser recusada pelo Senado?

A aprovação de Messias na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça se deu por uma margem pequena, a menor história: 16 a 11, apenas dois votos a mais do que os 14 necessários. Até então o pior resultado na CCJ foi obtido por Flávio Dino, 17 a 10.

No plenário, Messias obteve um resultado ainda pior: 42 votos contra sua nomeação e apenas 34 a favor. Na avaliação dos líderes governistas, ficou evidente que houve traições na base de apoio ao Palácio do Planalto no Senado. E que Alcolumbre foi o grande artífice da derrota do presidente Lula.

O presidente do Senado não revelou a Eduardo Braga seus planos porque sabia que o líder estava engajado na aprovação de Messias. Ele, no entanto, contou o que pretendia aos senadores que convenceu a votar contra:

“Nada tenho contra o Messias. Mas, se ele for derrotado, daqui para a frente todos os governos terão que negociar com o Senado as indicações para o STF”, disse

Alcolumbre já tem até um nome na ponta da língua para selar a derrota definitiva do governo: o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), que ele havia indicado antes e Lula recusou para fazer dele candidato a governador de Minas Gerais.

O principal problema será convencer Lula a aceitar a derrota completa. No Palácio do Planalto o que se dizia antes da votação é que, se o governo fosse derrotado, o presidente jogaria pesado contra Alcolumbre, inclusive retirando o apoio a seu candidato ao governo do Amapá.

É verdade que o senador Rodrigo Pacheco sempre quis uma vaga no Supremo e até poderia desistir da candidatura a governador. Ele não se saiu bem na pesquisa de intenção de votos da Quaest para governador, divulgada nesta quarta-feira 28. Marcou apenas 8% da preferência do eleitorado.

Mas Pacheco já está filiado a governista PSB. Teria que deixar o partido, no qual chegou apadrinhado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Não ficaria nada bem para sua imagem entrar forçando assim a porta do STF.

EDITORIAL

O Terremoto Político da Rejeição de Jorge Messias

Por Cláudio Magnavita*

A rejeição de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF) por 42 votos a 34 encerra um tabu de 132 anos e mergulha o governo Lula em sua crise institucional mais profunda. Desde a era de Floriano Peixoto, em 1894, o Plenário do Senado não exercia seu poder de veto sobre uma indicação presidencial à Corte. O resultado não é apenas um revés burocrático, mas uma declaração de guerra política e um diagnóstico terminal da atual articulação do Planalto.

O Senado enviou uma mensagem em dose dupla de enorme impacto. Primeiro, ao presidente Lula, o recado foi de que o presidencialismo de coalizão, nos moldes atuais, faliu. A tentativa de emplacar um nome visto como “advogado de partido” — o eterno “Bessias” do governo Dilma — foi interpretada como um excesso de autoconfiança e desrespeito a autonomia da Casa. O Senado avisou que não aceitará mais a transformação do STF em um refúgio de lealdades pessoais em detrimento do notável saber jurídico independente.

Ao STF, a mensagem foi de contenção. A derrota de um aliado direto do Executivo é uma forma indireta de o Legislativo punir o “ativismo judicial”. Senadores, especialmente os da ala conservadora e do centro, utilizaram Messias como um escudo para atingir a própria Corte, sinalizando que o equilíbrio entre os Poderes agora passa, obrigatoriamente, pelo cri-

vo rigoroso da Câmara Alta.

O erro capital de Lula foi o cálculo de conveniência sobre a política real. Ao preferir Rodrigo Pacheco, o governo ignorou a regra de ouro do Senado: o corporativismo. Pacheco possuía o trânsito necessário, o apoio dos pares e a imagem de magistrado que o momento exigia. Ao optar pela lealdade absoluta de Messias, Lula trocou um “voto certo” por uma “aposta ideológica”. O Senado sentiu-se desprestigiado. Muitos parlamentares que votariam em Pacheco por amizade e respeito institucional sentiram-se liberados para votar contra Messias, por convicção política.

Os 34 votos favoráveis escancararam um governo sem base sólida. Para uma aprovação de maioria absoluta, são necessários 41 votos. O fato de o governo não ter conseguido sequer o mínimo demonstra que os ministérios entregues ao “Centrão” (União Brasil, PSD e MDB) não se converteram em fidelidade parlamentar. O governo está, tecnicamente, em minoria no Senado para temas estruturais.

A derrota de Messias é o fim de uma era de submissão do Senado ao Executivo. O “não” do Plenário obriga Lula a recuar e buscar um nome de conciliação, sob pena de sofrer um novo e humilhante veto. O poder de agenda mudou de mãos: hoje, ela reside na mesa da presidência do Senado.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Opinião do leitor

Senna eterno

Ayrton Senna, é inesquecível! Fez história, estará eternizado na lembrança de todos os brasileiros, certamente. Suas características de pessoa de sucesso que melhor o identifica são: ousadia, perseverança, determinação, foco e superação. Onde você estiver Senna, receba sempre nosso amor, carinho e gratidão eternos!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilmar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Divulgação



Ofícios foram enviados a três cidades da região

Vereadora de Campinas cobra municípios sobre água I

A vereadora Mariana Conti, de Campinas, e a deputada federal Sâmia Bomfim, ambas do PSol, enviaram ofícios às prefeituras de Hortolândia, Paulínia e Monte Mor solicitando informações sobre a qualidade e a regularidade do abastecimento de água nos respectivos municípios devido às denúncias de falta de abastecimento e de água suja saindo das torneiras. A Sabesp, responsável pelo abastecimento das três cidades, é a maior empresa de saneamento do país, e foi privatizada em 2024 na gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). Mas, em 2025, foi líder de reclamações no Procon-SP, com 6.879 queixas.

Vereadora de Campinas II

“Quando querem privatizar, os governos começam sucateando o serviço para colocarem a privatização como a solução mágica. Eles vêm com a promessa de que o repasse à iniciativa privada vai fazer com que os problemas sejam superados, o que nunca acontece. Na prática, o serviço fica mais caro e pior, e a população fica sem saber a quem cobrar”, declara a vereadora.

Câmara Municipal de Campinas



Para receber benefício é preciso comprovação

Isenção de pagamento de água por TEA I

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) protocolou um Projeto de Lei na Câmara que isenta pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) que moram em Campinas de pagar taxas de água e esgoto. De acordo com o vereador, é amplamente reconhecido que o TEA demanda cuidados contínuos, acompanhamento terapêutico multidisciplinar e a adoção de rotinas específicas, muitas vezes implicando em maior consumo de recursos essenciais, como a água.

Isenção de pagamento de água por TEA II

Para a concessão do benefício, é necessário o laudo médico que comprove o diagnóstico do transtorno, a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA e o comprovante de residência atualizado em nome do requerente ou responsável legal. “É uma medida de interesse público, que reforça o compromisso com inclusão, sensibilidade social e amparo às famílias que mais necessitam”, afirma.

Prevenção I

O corte de árvores na Praça do Coco gerou revolta imediata entre os moradores de Barão Geraldo que se reuniram em ato público para manifestar o descontentamento com a supressão da vegetação local, demonstrando a importância do patrimônio ambiental para a comunidade campineira.

Prevenção II

A indignação ultrapassou as ruas do distrito, ganhou as redes sociais e chegou ao plenário da Câmara. A vereadora Fernanda Souto (PSol-SP) protocolou um requerimento na Prefeitura para que o secretário de Serviços Públicos, Ernesto Paulela, dê explicações à população sobre o ocorrido.

Prevenção III

O documento exige que Paulela apresente os laudos técnicos e explique por que não foram tomadas alternativas de manejo menos invasivas. Busca transparência sobre o cronograma de compensação ambiental e quer entender se as diretrizes de arborização urbana foram seguidas rigorosamente.

Prevenção IV

A pressão social exercida pelos moradores e pelo mandato legislativo coloca o debate sobre o meio ambiente no centro da agenda política da cidade, reforçando o papel da participação direta na gestão do espaço público. Além disso, a comunidade espera que as respostas do Executivo sejam acompanhadas por ações concretas de reparação.

Prevenção V

O episódio serve como alerta para necessidade de modelos de zeladoria urbana que priorizem a manutenção preventiva e o respeito aos ecossistemas consolidados dentro do perímetro urbano. Afinal, quais medidas de prevenção têm sido tomadas pela secretaria para que as árvores não precisassem ser derrubadas?

Prevenção IV

A continuidade do monitoramento pela Câmara e a vigilância constante dos coletivos locais são essenciais para que o episódio da Praça do Coco resulte em políticas públicas mais sustentáveis e que previnam o adoecimento das árvores, ao invés de simplesmente tombá-las com motosserras.



Escola Técnica Bento Quirino, na Avenida Orosimbo Maia

MP acionado para bolsas nas FATECs e ETECs

Representação foi protocolada por vereador de Campinas

Raquel Valli

Uma representação foi protocolada no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) para exigir que o governo paulista cumpra a lei estadual que autoriza a criação de bolsas de auxílio permanência para estudantes de Faculdades de Tecnologia (FATECs) e Escolas Técnicas (ETECs). A lei, de 2018, ainda não saiu do papel 6 anos após a sanção, enquanto o índice de evasão escolar nas unidades chega a 60%.

Mesmo com a previsão legal, a Fatec é a única instituição de ensino superior estadual sem políticas de bolsas permanência efetivadas. A denúncia foi feita pelo vereador de Campinas, Gustavo Petta, e pelo deputado federal Orlando Silva, ambos do PCdoB. Segundo os parlamentares, a falta de uma política de assistência estudantil eficiente impede que alunos de baixa renda concluam os estudos, prejudicando a formação de mão de obra qualificada no estado.

Auxílio permanência

É um benefício financeiro destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica de instituições públicas.

Custeia gastos com transporte, alimentação e moradia, visando combater a evasão escolar e garantir as condições necessárias para a conclusão do curso.

O acesso ocorre via seleção por renda, permitindo que o aluno mantenha o foco exclusivamente nas atividades acadêmicas.

A legislação de 2018 estabelece que o auxílio paulista deve atender estudantes com renda per capita de até 1,5 salário mínimo, com valor máximo equiparado às bolsas de iniciação científica do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - agência governamental vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação, oferecendo bolsas e financiamento para pesquisadores e estudantes).

Denúncia

Para Petta, a situação atual configura omissão administrativa do governo paulista.

“O Centro Paula Souza é referência em ensino, mas a excelência não se sustenta se o aluno não consegue chegar à escola ou na faculdade. Estamos pedindo que o Ministério Público intervenha para que o orçamento estadual garanta o que já é direito dos estudantes por lei.”

O outro lado

O Correio da Manhã entrou em contato com o Palácio dos Bandeirantes para obter o posicionamento do Estado de São Paulo a respeito, e aguarda a resposta para publicá-lo.

A partir de segunda (4), público-alvo da vacina de dengue é ampliado

Imunização acontecerá em todos os Centros de Saúde do município; dose é do Butantan

Agência SP

A partir de segunda-feira (4), a Secretaria de Saúde de Campinas ampliará a estratégia de vacinação contra a dengue com o imunizante do Instituto Butantan. Serão contemplados trabalhadores da saúde em estabelecimentos públicos e privados, além da população acima de 59 anos de idade. A imunização acontecerá em todos os Centros de Saúde do município (leia mais abaixo).

Doses

Campinas conta atualmente com cerca de mil doses disponíveis. A equipe da Saúde já solicitou nova remessa ao Estado e aguarda o envio de mais doses. Desde o início da aplicação do imunizante na cidade, 2.090 pessoas foram vacinadas.

“A ampliação da vacinação é muito positiva, mas é importante esclarecer que iniciamos essa nova fase com as doses que estavam disponíveis em estoque — vacinas que não foram utilizadas pelos profissionais da Atenção Primária para os quais foram originalmente destinadas. Por isso, o quantitativo inicial é bastante restrito. Já solicitamos nova remessa ao Estado e esperamos ampliar a oferta assim que recebermos o abastecimento”, afirma a coordenadora do Programa de Imunização de Campinas, Chaúla Vizelli.

A vacina chegou ao município em fevereiro de 2026 e,



Imunizante do Instituto Butantan mantém 80,5% de eficácia contra casos graves após 5 anos

inicialmente, era voltada para os profissionais da Atenção Primária da rede pública. A ampliação foi orientada pelo Governo do Estado de São Paulo.

Onde se vacinar

Endereços dos centros de saúde e horário de funcionamento das salas de vacina estão disponíveis em: <https://vacina.campinas.sp.gov.br>

A vacina

A Butantan-DV foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em novembro de 2025, e, segundo o governo de São Paulo, até março deste ano, 1,3 milhão de doses foram enviadas para o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que as distribui ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Protege contra os diferentes

tipos de vírus da dengue por meio da composição tetravalente - o que significa que contém componentes específicos para combater os quatro sorotipos conhecidos.

A tecnologia permite que a proteção seja estabelecida com apenas uma aplicação, independentemente de a pessoa já ter tido a doença anteriormente. A aplicação em dose única é um dos diferenciais do imunizante, que

facilita a logística de vacinação, melhora a adesão da população e promove uma cobertura vacinal mais rápida.

Estudos demonstraram que uma segunda dose não produzia nova viremia vacinal nem reforçava a resposta de anticorpos, o que indica que a primeira dose já atinge o patamar de proteção necessário - característica comum em outras vacinas de vírus vivos atenuados que apresentam sucesso em dose única.

O imunizante utiliza vírus vivos, mas “enfraquecidos” (atenuados) em laboratório, para que não causem a doença enquanto são capazes de estimular uma resposta imune. As cepas são baseadas em uma tecnologia originalmente desenvolvida pelos Institutos de Saúde dos Estados Unidos (NIH, na sigla em inglês). Estudos demonstraram que uma segunda dose não produzia nova viremia vacinal nem reforçava a resposta de anticorpos, indicando que a primeira dose já atinge o patamar de proteção necessário - característica comum em outras vacinas de vírus vivos atenuados que apresentam sucesso em dose única.

Os resultados do ensaio clínico de fase 3 revelaram uma eficácia de 80,5% contra casos de dengue grave e dengue com sinais de alarme ao longo de cinco anos. O estudo foi publicado na revista científica Nature Medicine.

Mutirão gratuito de castração segue até domingo

Teve início nesta quarta-feira (29), no Jardim Nova Europa, em Campinas, mais um mutirão gratuito de castração e microchipagem de cães e gatos. A ação segue até o próximo domingo (3) e ainda há vagas disponíveis. Os procedimentos são realizados no Castramóvel, instalado no Bosque dos Guarantãs, na Rua Santa Rita do Passa Quatro, 706.

As inscrições devem ser feitas pela internet, por meio do SinPatinhas (Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos), plataforma desenvolvida pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O sistema é voltado ao gerenciamento e monitoramento de políticas públicas de controle popu-

lacional de animais, com foco em castração e microchipagem.

Por meio do SinPatinhas, é possível cadastrar os animais, acompanhar os procedimentos realizados e gerar relatórios que auxiliam na transparência e na gestão das ações. O sistema também permite a emissão da carteirinha do pet, com QR Code e dados de identificação.

Após o cadastro na plataforma federal, o tutor deve acessar o site castrapet.com.br/ para agendar data e horário do procedimento. Além da castração, os animais atendidos recebem microchip de identificação, com informações como raça, idade, histórico de vacinação e dados do responsável, o que facilita a localização em caso de perda. Podem



Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

Mutirão gratuito de castração e microchipagem de cães e gatos

derá emitir o RG Animal com QR Code, que pode ser fixado na coleira. Em caso de dúvidas, o atendimento está disponível pelo telefone (19) 9 8437-1188.

SinPatinhas

O SinPatinhas foi criado pelo governo federal para registrar cães e gatos em um banco de dados nacional, um instrumento para promover o controle populacional ético de cães e gatos, estimulando a guarda responsável e o combate ao abandono e aos casos de maus-tratos.

ser castrados cães e gatos com idade entre seis meses e oito anos. Para a realização do procedimento, é necessário jejum de água e alimento por oito horas.

Como se cadastrar

Acesse: sinpatinhas.mma.gov.br; clique em “Entrar com gov.br” e faça login com CPF e

senha (nível prata ou ouro); selecione o perfil “Pessoa Física”; cadastre o animal com informações como nome, espécie, raça, idade, cor e foto; informe se o pet já é castrado ou se necessita do procedimento; aceite a declaração de responsabilidade e finalize o cadastro. Após o registro no SinPatinhas, o tutor po-

Denúncia aponta uso irregular de residentes no Mais Médicos

Representação foi apresentada pela vereadora Mariana Conti e Movimento de Residentes

Por Moara Semeghini

A vereadora Mariana Conti (PSOL) e o Movimento de Residentes de Campinas protocolaram uma representação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo denunciando possíveis irregularidades no Programa Mais Médicos Campineiro (PMMC). A principal queixa diz respeito à utilização recorrente de médicos em formação para suprir lacunas assistenciais na rede pública, o que, segundo os denunciantes, desvirtua o caráter formativo da residência médica e impacta diretamente o atendimento à população.

De acordo com levantamento apresentado pelo grupo durante reunião do Conselho Municipal de Saúde, foram analisadas 91 equipes de Saúde da Família no município. Os dados indicam que 38,3% dos residentes, 31 de um total de 81, atuam em equipes sem a presença de médico assistente. Nesses casos, os profissionais em formação

acabam assumindo, sozinhos, a responsabilidade pelo cuidado de cerca de 70 mil usuários do sistema público de saúde.

Outro ponto levantado é a sobrecarga das equipes. Segundo o estudo, 77% delas atendem uma população superior ao limite recomendado pelo Ministério da Saúde, de até 3 mil pessoas por equipe. Para os denunciantes, esse cenário compromete atributos essenciais da atenção primária, como o acesso, a continuidade do cuidado e a coordenação dos atendimentos, pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde.

“A residência é uma etapa da formação que deve ser acompanhada por um médico já experiente. Acontece que o governo Dário tem adotado uma política de desmonte na saúde, e os médicos concursados estão sendo substituídos por terceirizados ou, pior ainda, pelos residentes. O colapso na saúde pública de Campinas é um projeto, e denúncias como a dos residentes



Centro de Saúde Parque Santa Bárbara: uso de médicos em formação vira alvo de denúncia

reforçam a necessidade de apuração. Nesse sentido, entendo como urgente que os vereadores assinem pela abertura da CPI da Saúde que estou solicitando na Câmara”, afirmou a vereadora. O documento encaminhado ao Ministério Público aponta que as condições atuais da residência médica no município podem comprometer tanto a formação dos profissionais quanto a qualidade da assistência prestada. Entre os pedidos feitos estão a instauração de procedimento para apuração das denúncias, a recomposição das equipes consideradas incompletas e a redistribuição da população atendida, de modo a respeitar os parâmetros recomendados nacionalmente.

Em publicação nas redes sociais, o Movimento de Residentes reforçou o alerta sobre a situação da Atenção Primária à Saúde em Campinas. Segundo o grupo, embora o sistema continue funcionando, isso ocorre “a que custo”, com residentes sustentando parte significativa dos

atendimentos, muitas vezes sem a supervisão adequada e inseridos em equipes incompletas.

O texto afirma ainda que a situação não representa toda a rede, mas evidencia problemas nos locais onde há médicos residentes atuando em campo. “Quando a formação vira estratégia de provimento, algo está errado”, diz a publicação, que defende melhores condições pedagógicas, equipes completas e respeito ao projeto formativo como medidas essenciais para garantir a qualidade do atendimento e da formação médica. Procurada, a Prefeitura de Campinas, por meio da Secretaria de Saúde, negou as irregularidades. Em nota, informou que o Programa Mais Médicos Campineiro opera dentro das normas técnicas, pedagógicas e legais vigentes. A administração municipal afirma que os residentes não atuam sem supervisão e que o programa conta com 48 preceptores responsáveis pelo acompanhamento contínuo nas unidades de saúde.

A pasta também destacou que o modelo segue o Projeto Político-Pedagógico do programa e foi construído em parceria com instituições como Unicamp, PUC-Campinas, São Leopoldo Mandic e a Rede Mário Gatti. Segundo a prefeitura, a residência médica é, por definição, uma modalidade de ensino em serviço, com carga teórica obrigatória, atividades formativas e acompanhamento profissional. Ainda conforme o posicionamento oficial, não há investigação interna em andamento, já que o acompanhamento sistemático do programa não teria identificado irregularidades. A prefeitura ressaltou que, desde sua criação, o PMMC já formou mais de 140 médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, contribuindo para o fortalecimento da atenção básica no município. O caso agora aguarda eventual encaminhamento por parte do MP, que poderá avaliar a abertura de procedimento para investigar as denúncias apresentadas.

Centro de Saúde retoma atendimento após paralisação em Campinas

Por Moara Semeghini

O Centro de Saúde Dr. Cássio Raposo do Amaral retoma o funcionamento normal após ter operado parcialmente devido a uma paralisação de funcionários registrada nesta semana. A unidade havia restringido os atendimentos na quarta-feira (29), mantendo apenas casos de urgência e acolhimentos, o que impactou o atendimento regular à população da região.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, os serviços foram restabelecidos conforme a previsão inicial, e o centro de saúde voltou a realizar consultas e demais atendimentos de rotina. A normalização ocorre após um período de tensão envolvendo servidores da unidade.

A paralisação foi motivada por um desentendimento ocorrido na última quinta-feira (23) entre um paciente e funcionários do local. Na ocasião, a Guarda Municipal foi acionada e um boletim de ocorrência foi registrado. O episódio gerou preocupação entre os trabalhadores, que decidiram interromper parcialmente as atividades como forma de protesto e reivindicação por melhores condições de segurança.

Durante o período de atendimento reduzido, a orientação da Secretaria de Saúde foi para que a população buscasse unidades da rede municipal em caso de necessidade. As consultas previamente agendadas no centro de saúde foram remarçadas.

Em nota, a pasta informou



Centro de Saúde Dr. Cássio Raposo do Amaral, em Campinas

que repudia qualquer tipo de violência e manifestou solidariedade aos profissionais envolvidos na ocorrência. Por outro lado, destacou que não apoia a suspensão parcial dos atendimentos,

uma vez que a medida afeta diretamente os usuários do sistema público de saúde.

A Secretaria também afirmou que, desde o dia do incidente, as rondas da Guarda Municipal fo-

ram intensificadas no entorno da unidade como forma de reforçar a segurança para trabalhadores e pacientes. Além disso, a equipe do centro de saúde recebeu apoio institucional e acolhimento por parte da gestão da rede municipal.

Com a retomada integral das atividades, o atendimento à população volta ao fluxo habitual. O caso reforça o debate sobre segurança nas unidades básicas e as condições de trabalho enfrentadas por profissionais da saúde em Campinas.

O Centro de Saúde Dr. Cássio Raposo do Amaral fica na Rua Prefeito Celso Daniel, 600, Conjunto Habitacional Edivaldo Antônio Orsi. A área de abrangência é CDHU - E e Jardim Mirassol.

GRANDE CAMPINAS

Cinthia Thais de Oliveira/Prefeitura de Indaiatuba



Convocação eleva nome da cidade no cenário esportivo

Indaiatuba terá atletas na Copa do Mundo na Itália

A Prefeitura de Indaiatuba celebra a convocação de atletas e profissionais locais para a seleção brasileira que disputará a Copa do Mundo de Paraciclisto de Estrada em Montesilvano, na Itália. A equipe indaiatubana conta com os atletas Carlos Alberto Gomes Soares, Endrigo Pereira e Alan Maniezzo, além de Armando Camargo Filho (técnico), Oswaldo Luiz Bertoli Junior (auxiliar) e Adilson Martins de Oliveira (mecânico). A delegação embarca em 02 de maio e as provas ocorrem entre os dias 7 e 10. O secretário de Esportes, Marcos Antônio de Moraes, destacou que a presença de representantes da cidade em um mundial de alto nível é fruto de investimentos contínuos e dedicação, elevando o nome de Indaiatuba no cenário internacional.

Hortolândia cria Comitê de Crise

Diante dos problemas de odor e sabor na água, a Prefeitura de Hortolândia criou um Comitê de Crise para fiscalizar a Sabesp. As medidas incluem a exigência de isenção da tarifa de abril, contratação de análise independente e presença de técnicos municipais na ETA. A gestão acionou órgãos reguladores e exige laudos detalhados e monitoramento em escolas e postos de saúde. Denúncias devem ser feitas à Sabesp pelo 0800-055-0195 ou (11) 3388-8000.

Prefeitura de Indaiatuba



Meta do município é vacinar 80% do público alvo

Imunização de gestantes em baixa

Em Indaiatuba, a Secretaria de Saúde faz um alerta sobre a baixa adesão das gestantes à vacinação contra o vírus sincicial respiratório (VSR), principal causador da bronquiolite, e contra a influenza. A recomendação é que gestantes a partir da 28ª semana de gestação recebam a dose. A meta do município é vacinar 80% desse público, mas atualmente apenas 50% das gestantes foram imunizadas. Outro ponto de atenção é a vacinação contra a influenza. Até o momento, apenas 23,90% do público-alvo foi vacinado, índice considerado baixo.

Maria Pérola faz show gratuito

O Teatro CIAEI, em Indaiatuba, recebe a cantora Maria Pérola com o show "Coisa de Pele" em 02 de maio, às 20h. Com entrada gratuita e Libras, a artista apresenta a "Música Popular Periférica", abordando feminismo e antirracismo. Vencedora de prêmios como o Suburbano Convicto e Lollo Terra, a cantora traz composições premiadas, como "Mulher Carcará".

Integração Samu I

Nova Odessa confirmou articulação para integrar o Samu regional de Sumaré e Hortolândia. Segundo as informações, um projeto de lei está em elaboração para autorizar a adesão ao convênio, considerado pela administração municipal a alternativa mais viável para ampliar o atendimento de urgência.

Integração Samu II

Atualmente com atendimento pré-hospitalar próprio, Nova Odessa afirma que a entrada no Samu permitirá receber recursos federais para compra de ambulâncias e equipamentos. O novo modelo também prevê atendimento das chamadas com triagem médica para definir os encaminhamentos.

Agrishow

A Prefeitura de Valinhos levou 34 produtores rurais à Agrishow 2026, em Ribeirão Preto, em parceria com entidades do setor. A visita teve foco em tecnologia, agricultura familiar e inovação voltada à fruticultura, além de contato com tendências, crédito rural e modernização do campo.

Família Acolhedora

A 10ª Semana da Família Acolhedora de Valinhos ocorre entre os dias 11 e 17, com palestras, debates na Câmara e ações no Parque da Cidade. A programação gratuita busca sensibilizar a população e atrair novos voluntários para o serviço de acolhimento temporário. O foco é garantir proteção e afeto a crianças em vulnerabilidade.

'Maio Musical'

A Prefeitura de Indaiatuba abre em 3 de maio a 34ª edição do Maio Musical, com mais de 60 atrações gratuitas até o dia 31. A programação inclui shows, concertos, teatro, cinema e rodas de choro em sete espaços da cidade, além de ações de conscientização e estrutura voltada à acessibilidade.

Ar-condicionado

A Prefeitura de Santo Antônio de Posse concluiu 100% das adequações elétricas nas escolas da rede municipal para viabilizar o funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado. Atualmente, 171 equipamentos já operam nas unidades. A próxima etapa será a ligação e os testes dos aparelhos restantes.



Investimento amplia capacidade de produção de água tratada

DAE apresenta projeto da nova ETA em Americana

Obra da estação de tratamento terá recursos de R\$ 7,75 milhões

Da Redação

O Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Americana apresentou, na última terça-feira (28) ao prefeito Chico Sardelli o projeto de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA), que será implantada dentro das dependências da autarquia para ampliar a segurança hídrica do município.

A obra terá investimento de R\$ 7,75 milhões e unidade terá capacidade para produzir até 540 mil litros de água potável por hora, equivalente a uma vazão de 150 litros por segundo.

Estrutura automatizada

A nova estação será construída em modelo compacto e contará com operação totalmente automatizada, desde a chegada da água captada no Rio Piracicaba até o envio ao reservatório central do DAE. A estrutura ocupará cerca de 450 metros quadrados dentro da área da autarquia.

Segundo o prefeito Chico Sardelli, o investimento amplia a capacidade de produção de água tratada e fortalece as condições de abastecimento diante do crescimento do município.

O vice-prefeito Odir Demarchi afirmou que a obra reforça o sistema existente e contribui para preparar a cidade para futuras demandas com mais eficiência operacional.

Etapas do tratamento

O superintendente do DAE,

Fábio Renato de Oliveira, destacou que a nova unidade contará com tecnologia moderna e automação para reforçar a produção de água tratada e garantir mais segurança ao abastecimento.

O tratamento seguirá etapas de coagulação, floculação, decantação e filtragem. Após a coagulação da água, as partículas sólidas passarão pelo processo de agrupamento na floculação. Em seguida, ocorrerá a separação do lodo na decantação e, posteriormente, a filtragem em sistema composto por cinco camadas filtrantes, responsável pelo polimento final da água.

O diretor da Unidade de Tratamento de Água do DAE, Aparecido Roberval de Lima, afirmou que a nova estrutura também dará suporte operacional durante as obras previstas nas ETAs 1 e 2.

Modernização

Segundo o DAE, o processo seguirá os mesmos protocolos técnicos utilizados atualmente nas ETAs 1 e 2, incluindo o uso de produtos químicos aprovados e as análises de controle exigidas pelo Ministério da Saúde e pela Vigilância Sanitária.

A previsão é que a implantação da nova estação seja concluída ainda em 2026. O projeto integra o programa DAE em Ação pela Água, desenvolvido pela autarquia desde novembro de 2025, com foco na modernização da infraestrutura, ampliação da eficiência operacional e fortalecimento do sistema de abastecimento de Americana.

Ceaflor amplia operação para o Dia das Mães em Holambra

Mercado espera uma alta de 70% na movimentação de cargas

O Ceaflor, centro atacadista de flores, plantas ornamentais e acessórios na região de Holambra, ampliou a operação para atender ao aumento da demanda provocado pelo Dia das Mães. Entre 1º e 9 de maio, a expectativa é de crescimento superior a 70% na movimentação de cargas em relação a uma semana comum de comercialização.

Com 946 boxes, o entreposto deve receber cerca de dois mil caminhões e mais de oito mil veículos utilitários e de passeio durante o período. A operação busca garantir o abastecimento de floriculturas e pontos de venda em diferentes regiões do país.

As rosas de corte e as orquídeas seguem entre os produtos mais procurados para a data. Ao mesmo tempo, produtores e comerciantes apostam na diversidade de espécies para ampliar as opções de compra e equilibrar oferta, demanda e preços.

Também ganham espaço flores e plantas como azaleias em formato de coração, ciclâmens, violetas, gloxínias, gérbas, antúrios, ranúnculos e suculentas, conhecidas pela durabilidade e pelos preços mais acessíveis.

Produção mantida

Mesmo com os desafios enfrentados pelo setor em 2026, produtores mantiveram volumes de produção semelhantes aos do ano passado para acom-



Operação visa acelerar distribuição e garantir a qualidade das entregas das plantas

panhar o aumento da procura.

Simone Liebe, da Liebe Plantas, afirmou que a produção para o período é maior em comparação aos demais meses do ano devido à importância da data para o setor. Segundo ela, o desempenho positivo das vendas em 2025 e o contato prévio com clientes indicam expectativa favorável para este ano.

O produtor e engenheiro agrônomo Caio Shioto, da Flora Shioto, também manteve o volume de produção das gloxínias. A espécie, conhecida pelas cores vibrantes, voltou a ganhar espaço após avanços no melhoramento genético.

Embalagens

No segmento de acessórios para floriculturas, as novidades estão relacionadas às estampas e texturas das embalagens. O setor, porém, enfrenta dificuldades ligadas à disponibilidade de BOPP, principal matéria-prima utilizada na fabricação.

Segundo Daniel Pissolato, diretor da Xingó Embalagens, o principal desafio está na oferta do material. Para atender à demanda do Dia das Mães, a empresa adotou planejamento antecipado de estoque.

Entre os lançamentos estão embalagens inspiradas no Korean Floral Design, tendência

marcada pela estética minimalista e moderna.

Logística

Para ampliar a capacidade logística, o Ceaflor adotará horário estendido nos dez dias anteriores ao Dia das Mães.

Segundo as informações, a operação especial começa no feriado de 1º de maio e inclui funcionamento durante o sábado e domingo seguintes, com entrada e saída de mercadorias até meia-noite em alguns dias. O objetivo é acelerar a distribuição e garantir que flores e plantas cheguem frescas aos pontos de venda em todo o país.

Reformas na Zeferino Vaz prometem reduzir os congestionamentos diários

A modernização da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332) avança no trecho que conecta a cidade de Paulínia ao distrito de Barão Geraldo, em Campinas. O projeto foca na instalação de pistas marginais, faixas adicionais e novos dispositivos de acesso.

Segundo as informações, as intervenções visam otimizar a fluidez do tráfego e elevar os padrões de segurança em uma das conexões mais importantes da região.

Infraestrutura

Com um aporte financeiro estimado em R\$ 180 milhões, a remodelação inclui a construção de novos trevos rodoviários. Além disso, está prevista a implementação de uma base



Intervenções pretendem otimizar a fluidez do tráfego

do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) no km 125 da pista Sul, sentido Campinas, dentro do território de Paulínia.

De acordo com as informa-

ções, a conclusão dos trabalhos na rodovia deve proporcionar uma separação mais eficiente entre o fluxo urbano e o rodoviário, resultando na diminuição de

congestionamentos e no fortalecimento da logística regional.

Movimentação

A rodovia é um corredor vital para o transporte de cargas, estudantes e trabalhadores na Região Metropolitana de Campinas, registrando um volume diário de cerca de 51 mil veículos por dia útil.

As obras significam um avanço na mobilidade urbana e um suporte direto ao escoamento da produção de seu polo industrial.

A atualização da infraestrutura é estratégica para o desenvolvimento econômico, garantindo maior proteção aos condutores e eficiência no deslocamento diário de milhares de usuários que utilizam o trecho.

Governo lança plano hídrico em Americana

Durante coletiva online, o Governo de São Paulo lançou a consulta pública do programa Universaliza SP, apresentado como alternativa para ampliar os serviços de saneamento básico e enfrentar a escassez hídrica em Americana. A estimativa é de cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos para o município.

Segundo a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, o programa busca universalizar o abastecimento de água e o tratamento de esgoto. Americana está entre as cidades contempladas e, de acordo com a secretária, a redução das perdas de água é um dos principais desafios do sistema.

Atualmente, cerca de 51% da água distribuída é perdida. A meta do programa é reduzir esse índice para menos de 25%, conforme parâmetros do novo Marco Legal do Saneamento e das agências reguladoras.

Projeto

O plano prevê a ampliação da rede de água tratada, da coleta e do tratamento de esgoto, além de ações ligadas à segurança hídrica. Também está prevista a inclusão de mais de três mil famílias que ainda não têm acesso ao sistema.

Outro ponto em debate é o modelo regionalizado de prestação dos serviços, que poderá impactar a atuação do DAE (Departamento de Água e Esgoto) de Americana. Mudanças na gestão e operação ainda serão discutidas.

Segundo o governo estadual, a proposta pretende aumentar a eficiência e ampliar a capacidade de investimento. Natália Resende afirmou que o programa não prevê privatização e destacou que municípios e autarquias continuarão com autonomia administrativa. Ela também afirmou que os recursos permanecerão vinculados ao município.

Sobre as tarifas, a secretária disse que eventuais reajustes dependerão da execução das melhorias e da avaliação da agência reguladora. O programa também prevê tarifas sociais para famílias em situação de vulnerabilidade.

Audiência

Uma audiência pública será realizada em 12 de maio, às 10h, em Americana, para apresentação dos detalhes do projeto e recebimento de sugestões da população.

CORREIO DAS REGIÕES

Agência SP



Obra de R\$ 48 mi moderniza terminal em Ribeirão Preto

Aeroporto amplia capacidade e mira 1,5 milhões de passageiros

Foi entregue nesta semana, a modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Dr. Leite Lopes, em Ribeirão Preto. Com investimento de R\$ 48 milhões, a intervenção elevou a eficiência operacional, reorganizou os fluxos de embarque e desembarque. A iniciativa também fortalece o transporte de passageiros quanto de cargas. O projeto do Governo de SP incluiu a construção de um boulevard sustentável e a ampliação da estrutura, que passou de 3.600 m² para mais de 10 mil m². Atualmente o quinto maior do estado em movimentação, o terminal foi preparado para saltar de uma capacidade anual de 700 mil para até 1,5 milhão de passageiros anuais até 2028. Em 2025, o aeroporto registrou 728 mil passageiros.

Espaço cresce para internacionalização

“Temos indústria e agro muito fortes em Ribeirão Preto. Precisávamos de um aeroporto para receber bem os nossos passageiros. A obra, que ampliou o espaço de 3,6 mil para 10 mil metros quadrados, com boulevard sustentável e passarela climatizada, realmente prepara o aeroporto para a internacionalização. Esse passo é bem-vindo em um dos maiores aeroportos do estado em termos de movimentação de passageiros.”, afirmou o governador.

Agência SP



Governador Tarcísio de Freitas participou da entrega

Projeto retoma Terminal de Carga

As intervenções abrangeram novas áreas operacionais e a modernização completa da estrutura existente, incluindo novo pré-embarque, espaços de desembarque nacional e internacional e uma passarela climatizada de integração. O terminal antigo passou por retrofit integral, garantindo atualização funcional e estrutural.

Outro ponto é a retomada do Terminal de Carga, com operações no segundo semestre de 2026. A expectativa é alcançar 800 mil passageiros já em 2026, com crescimento próximo de 10% e média diária de 12 voos comerciais.

Produtores recebem apoio após chuvas

O Governo de SP anunciou nesta semana a abertura de uma linha emergencial de crédito de R\$ 5 milhões voltada a produtores rurais afetados pelas fortes chuvas que atingiram Ibiúna e Piedade. A iniciativa, prevê financiamentos de até R\$ 50 mil por agricultor e busca garantir suporte para a recuperação das lavouras atingidas pelo temporal registrado em 18 de abril.

Apoio às famílias

Além do apoio financeiro, o Estado também mobilizou ações emergenciais para atender a população atingida. De acordo com a Defesa Civil, mais de 700 famílias sofreram impactos diretos, recebendo kits de ajuda humanitária. As duas cidades são consideradas estratégicas para o agro paulista

Castração gratuita

O programa Pro Pet SP realiza nova etapa de castração gratuita no interior paulista, com mais de 4,9 mil atendimentos. A região de Presidente Prudente lidera, com 1,6 mil procedimentos. Também serão atendidas Sorocaba, Itapeva, São José dos Campos, Campinas e Marília. Inscrições ocorrem nas prefeituras.

Fluxo alto I

Cerca de 950 mil veículos devem circular nas rodovias administradas pela Eixo SP durante o feriado de 1º de maio, alta de 18% em relação aos dias normais. A operação especial começa nesta quinta (30) e segue até domingo (3), com maior movimento previsto a partir da tarde de quinta, e na manhã de sexta.

Fluxo alto II

No retorno, o fluxo mais intenso deve ocorrer na tarde e noite de domingo. O trecho entre São Carlos e Rio Claro deve concentrar o maior volume, com 280 mil veículos. Depois, aparecem os trechos Piracicaba-São Pedro e Bauru-Jaú. Além de Presidente Prudente, e por fim a região de Marília que soma cerca de 100 mil no período.

138 focos de dengue

Um mutirão contra a dengue em Limeira identificou 138 criadouros do mosquito *Aedes aegypti* na região do Belinha Ometto. A ação, realizada nos últimos dias, mobilizou 99 agentes e vistoriou 2.872 imóveis. Do total de focos, 28 tinham água e quatro apresentavam larvas, encontrados em recipientes variados.

317 kg apreendidos

Um homem de 32 anos foi preso após perseguição da DISE em Botucatu (SP), na terça (28). O suspeito desobedeceu à ordem de parada, fugiu por vias urbanas e estrada rural, mas capotou o carro e tentou escapar a pé. Com ele, a polícia apreendeu 317 kg de drogas. Ele foi levado à delegacia.



Equipe do HCFMRP-USP conquistou o status Diamante

Hospital em Ribeirão Preto é referência em AVC

Unidade é referência regional e atende 26 municípios da região

Da Redação

A Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP-USP) conquistou o Status Diamante no WSO Angels Awards 2025, principal reconhecimento internacional para excelência no atendimento ao Acidente Vascular Cerebral (AVC). A certificação da iniciativa Angels com a World Stroke Organization e a Boehringer Ingelheim exige indicadores rigorosos como rapidez no atendimento e exame.

A conquista reforça a evolução da unidade, que já teve selos Platinum e Gold. “Essa é a premiação máxima da iniciativa Angels. Ela reconhece o nosso hospital como referência no atendimento ao paciente com AVC, de acordo com todos os tempos e metas assistenciais exigidos internacionalmente”, afirma o neurologista e professor da unidade Octávio Pontes Neto.

Atendimento integrado

“O trabalho não é construído por um equipe só, nem por um profissional só. Existem vários profissionais envolvidos, desde o atendimento pré-hospitalar até a sala deste paciente”, destaca a enfermeira Engels Karla Leal Teixeira. A unidade reúne cerca de 30 a 25 profissionais no atendimento direto.

“Nosso atendimento é focado

na estabilização do quadro e na investigação da causa do evento. O paciente já sai daqui com a profilaxia mais adequada e continua acompanhado no ambulatório e na reabilitação durante o primeiro ano após o AVC”, explica a coordenadora Milena Rodrigues.

Tecnologia e impacto

“Quando os dados são coletados com qualidade, conseguimos enxergar onde estamos acertando e onde precisamos avançar. Esse monitoramento é essencial para reduzir tempos de atendimento e garantir melhores resultados para os pacientes”, afirma a fisioterapeuta Priscila Queiroz de Lima.

Referência para 26 municípios da região, a unidade atende cerca de 12 pacientes por semana e apresenta altos índices de atendimento, estando acima da média nacional.

“Em torno de 25% a 30% dos pacientes precisam desse segundo tratamento, que funciona como um cateterismo para retirar o trombo do vaso cerebral. Sem isso, muitos ficariam com sequelas maiores”, explica o professor Pontes Neto.

“É muito gratificante saber que trabalhamos em um hospital que possui um serviço de excelência. Esse resultado mostra a força do trabalho multidisciplinar e o compromisso diário da equipe”, afirma Luis Donizeti da Silva Tracini.

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Governo de SP



Benefício atende servidores e inativos com paridade

Governo de SP propõe abono complementar a servidores

O Governo de São Paulo enviou nesta quarta-feira (29) à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 385/2026, que prevê abono complementar a servidores estaduais com remuneração abaixo de piso definido. Os valores propostos são de R\$ 1.874,36 para jornada integral, R\$ 1.405,77 para jornada comum e R\$ 937,18 para jornada parcial. O benefício alcança órgãos da administração direta, autarquias, aposentados e pensionistas com paridade. O cálculo considera vencimentos fixos, excluindo adicionais. A proposta, baseada em estudos técnicos, revoga normas anteriores e passa a valer após publicação. Outro projeto trata do novo mínimo paulista de R\$ 1.874. O texto tramita em regime de urgência na Alesp e aguarda análise dos deputados.

Gestão Tarcísio tem 54% de aprovação

Pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira (29) aponta que 54% dos eleitores de São Paulo aprovam o governo Tarcísio de Freitas, enquanto 29% desaprovam e 17% não sabem ou não responderam. A avaliação positiva caiu em relação a agosto de 2025, quando era de 60%. A avaliação do governo é 39% positiva, 35% regular, 19% negativa e 8% sem opinião. Sobre reeleição, 54% dizem sim, 36% não e 10% não sabem. O levantamento ouviu 1.650 eleitores entre 23 e 27 de abril.

Everton Amaro/Fiesp



Encontro destacou a necessidade de manter previsibilidade

Fiesp debate lei de licenciamento

O Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp reuniu-se em 28 de abril para discutir a regulamentação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental. O encontro destacou a necessidade de manter previsibilidade e racionalidade. Integrantes alertaram para evitar entraves burocráticos que prejudiquem processos. Também foi citada a atuação da entidade no STF em defesa da segurança jurídica. O colegiado ressaltou a importância da governança de dados, do acompanhamento de normas estaduais e da comunicação sobre os impactos da modernização no desenvolvimento sustentável.

Quaest mostra líderes ao Senado em SP

Pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira (29) mostra liderança de Simone Tebet, Márcio França, Marina Silva e Guilherme Derrite na disputa ao Senado em SP em 2026. Levantamento ouviu 1.650 eleitores entre 23 e 27 de abril, com margem de erro de 2 pontos e 95% de confiança. Em três cenários, os nomes lideram as intenções de voto ao lado de outros pré-candidatos.

Audidores demitidos

O Governo de São Paulo demitiu cinco auditores fiscais na quarta-feira (29) por irregularidades ligadas às operações Ícaro, Mágico de Oz e Fisco Paralelo. As apurações são da Secretaria da Fazenda e do Ministério Público. No mês, sete servidores foram desligados e 17 seguem afastados. Há 61 procedimentos em andamento.

Palestra na Alesp

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, na terça-feira (28), palestra sobre assédio no ambiente de trabalho, dentro da Sipat 2026. O evento reuniu especialistas e abordou prevenção, canais de denúncia e impactos do assédio moral e sexual no serviço público. Evento integra programação de prevenção da Alesp.

Restauração

O Governo de SP firmou parceria com o ITESP para implementar projetos de restauração ecológica no Pontal do Paranapanema, com foco em APPs e Reservas Legais. A iniciativa usa o Finaclima-SP para financiar ações em assentamentos rurais e fortalecer a sustentabilidade ambiental. O programa integra ações de restauração.

51ª Sessão Ordinária

A Assembleia Legislativa de SP realizou na quarta (29) a 51ª Sessão Ordinária de 2026, com destaque para segurança pública, violência de gênero, valorização da PM e crime organizado. Parlamentares também trataram de educação, USP, pedágios, saúde, agronegócio e decisão judicial envolvendo fotojornalista. Sessões seguem na Casa Legislativa.

Debate da ILP

Instituto do Legislativo Paulista (ILP) realizou na quarta (29) o segundo seminário do ciclo Introdução à América Latina, com foco na formação econômica da região. O evento debateu colonização, capitalismo e desenvolvimento, com palestra de Vanessa Martina-Silva e participação do professor da USP Wagner Iglecias.

Ato solene

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, na quarta-feira (29), os 102 anos do Clube Atlético Juventus. A homenagem celebrou o retorno à Série A1 do Paulistão após 18 anos, com discursos sobre identidade da Mooca, gestão e valorização do clube tradicional da capital paulista.



Atrasos de SP em dados são recorrentes, diz ministério

SP é cobrado por envio de dados de segurança

Estado pode ser considerado inadimplente no sistema federal

Da Redação

O Ministério da Justiça encaminhou nesta semana um ofício à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo solicitando a regularização imediata no envio de dados estatísticos ao governo federal. A cobrança foi direcionada ao secretário Osvaldo Nico Gonçalves e estabelece prazo até 5 de maio para a atualização das informações pendentes.

De acordo com a pasta federal, São Paulo é atualmente o único estado que ainda não enviou os dados referentes ao mês de março. A ausência dessas informações impede a consolidação das estatísticas nacionais de criminalidade relativas ao primeiro trimestre de 2026, comprometendo a divulgação de indicadores oficiais.

No documento, o secretário nacional de Segurança Pública, Francisco Lucas Costa Veloso, destaca a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos para garantir a integridade do sistema de informações. Caso a situação não seja regularizada dentro do período estipulado, o estado poderá ser considerado inadimplente junto ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.

O não envio dos dados pode acarretar consequências administrativas e financeiras. Entre as medidas previstas estão a suspensão de repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública e eventual

acionamento do Poder Judiciário para assegurar a integração das informações ao sistema federal.

Integrantes do Ministério da Justiça afirmam que atrasos no envio de dados por parte da atual gestão estadual têm ocorrido de forma recorrente. Segundo essas fontes, esta é a primeira vez que o órgão formaliza uma cobrança com prazo definido para regularização.

Em resposta, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo informou, por meio de nota, que mantém rotina consolidada de divulgação dos indicadores criminais há mais de duas décadas. O órgão afirma que os dados são publicados mensalmente em plataforma online e encaminhados ao ministério no dia 30 do mês subsequente ao período analisado, prática adotada desde 2021.

A secretaria também destacou que disponibiliza microdados dos boletins de ocorrência, permitindo análise detalhada das informações. Segundo o órgão, a iniciativa busca reforçar a transparência ativa e ampliar o acesso público aos registros.

O Ministério da Justiça ressaltou que a ausência dos dados compromete a qualidade e a confiabilidade das estatísticas nacionais, dificultando o acompanhamento por parte da sociedade civil e de órgãos de controle. O envio deve ser feito por meio do sistema oficial até o décimo dia útil de cada mês do ano.

‘Enfrentar violência doméstica será prioridade’, diz comandante da PM

Glauce entrou para a história sendo primeira mulher a liderar a corporação em 200 anos

Pablo Jacob/Governo de SP

A coronel Glauce Anselmo Cavalli tomou posse na quarta-feira (29), como nova comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo e entrou para a história ao se tornar a primeira mulher a liderar a corporação em quase 200 anos de existência. Durante a cerimônia realizada na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, na zona norte da capital paulista, a oficial afirmou que o enfrentamento à violência doméstica e familiar será prioridade de sua gestão.

Ao lado do governador Tarcísio de Freitas, Glauce destacou a necessidade de ampliar mecanismos de proteção às vítimas e fortalecer o atendimento às mulheres em situação de risco. “O enfrentamento à violência doméstica e familiar será prioridade operacional no nosso comando”, declarou.

Entre as primeiras medidas anunciadas está a criação das chamadas Patrulhas Lilás, equipes exclusivas para atendimento de ocorrências relacionadas à violência doméstica. A previsão é de que a nova estrutura entre em funcionamento já a partir de maio. A comandante também informou que pretende consolidar cabines especializadas no atendimento a mulheres vítimas de agressão nos centros operacionais da PM e ampliar os serviços por videochamadas.

Outra proposta apresentada é abrir unidades da corporação



Coronel Glauce tomou posse na Academia do Barro Branco, substituindo o coronel José Coutinho

para acolhimento emergencial de vítimas, além de integrar ações já existentes, como o aplicativo Mulher Segura e o monitoramento de agressores por meio de tornozeleiras eletrônicas. A intenção é tornar a resposta policial mais rápida e eficiente, especialmente em casos de reincidência ou descumprimento de medidas protetivas.

Marco histórico

Em seu discurso de posse, Glauce afirmou que sua chegada ao comando não representa uma conquista individual, mas coletiva. Segundo ela, o momento simboliza o reconhecimento da trajetória de mulheres que abriram caminho dentro da instituição ao longo das últimas décadas.

“Ser a primeira mulher a lide-

rar a Polícia Militar do Estado de São Paulo em quase 200 anos não é uma vitória pessoal, mas uma conquista de todas as policiais militares que percorreram esse caminho”, afirmou.

A comandante também homenageou as pioneiras do Corpo de Policiamento Especial Feminino, criado em 1955, conhecido como grupo das “13 mais corajo-

sas”, entre elas a comandante Hilda Macedo, considerada referência na história da corporação.

Trajectoria

Antes da nomeação, Glauce Anselmo Cavalli ocupava a Diretoria de Logística da PM. Ao longo da carreira, também comandou o Comando de Policiamento de Área Metropolitana 2, responsável por uma das regiões mais populosas da capital, além de chefiar setores jurídicos e de comunicação social da corporação.

A oficial é mestre e doutora em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, além de graduada em Direito e Educação Física.

A posse da nova comandante ocorre em meio ao debate sobre segurança pública e ao aumento da preocupação com casos de feminicídio e violência contra a mulher no estado. Nesse cenário, a escolha de uma mulher para liderar a maior polícia militar do país carrega peso simbólico e expectativa por mudanças práticas no atendimento às vítimas.

Desde 2023, a Polícia Militar recebeu mais de 2,5 mil viaturas, além de novos equipamentos, armamentos e coletes balísticos. No reforço do efetivo, mais de 9,8 mil policiais militares já foram formados, enquanto outros 3 mil seguem em treinamento e 2,2 mil vagas permanecem abertas em concursos em andamento no estado.

Estado propõe salário mínimo paulista de R\$ 1.874

Pablo Jacob/Governo de SP

O Governo de São Paulo encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o projeto de lei que prevê o reajuste do salário mínimo estadual. A proposta fixa o novo piso paulista em R\$ 1.874 a partir de 2026, representando aumento nominal de 46% em relação ao valor praticado em 2022, quando o mínimo regional era de R\$ 1.284.

Segundo o governador Tarcísio de Freitas, a medida amplia a renda dos trabalhadores e fortalece o poder de compra da população. “Com o novo valor do salário mínimo paulista, chegamos a R\$ 590 a mais do que era pago há quatro anos. Uma valorização que beneficia mais de 70 categorias previstas em lei”, afirmou.

O piso regional de São Paulo é aplicado a categorias que não possuem convenção coletiva ou legislação federal específica definindo remuneração mínima. Entre os

setores contemplados estão trabalhadores domésticos, cuidadores, serventes, comerciários, operadores de telemarketing, entre outros segmentos previstos em lei estadual.

A expectativa do governo é que o reajuste também tenha impacto positivo no consumo interno, especialmente nos setores de comércio e serviços, já que trabalhadores com maior renda tendem a ampliar gastos essenciais e movimentar a economia.

Salário mínimo no Brasil

Com a nova proposta, o salário mínimo paulista ficará 15,6% acima do piso nacional atual, hoje em R\$ 1.621. A diferença de R\$ 253 reforça a política adotada pelo estado de manter uma remuneração mínima superior à referência federal, buscando acompanhar o custo de vida e estimular a economia regional.

Nos últimos anos, o reajuste do piso paulista também superou indicadores nacionais. Desde 2022, o aumento acumulado de 46% ficou acima da alta nominal registrada no salário mínimo nacional no mesmo período, de 33,7%.

Além disso, o crescimento do piso estadual mais que dobrou a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC, que somou 19,5% no intervalo analisado. Na prática, isso significa ganho real para os trabalhadores, já que o reajuste supera a variação dos preços.

A proposta agora seguirá tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, onde será analisada pelas comissões temáticas antes de ir à votação em plenário pelos parlamentares. Caso seja aprovada, manterá São Paulo entre os estados com os maiores pisos regionais do país.



O valor foi fixado em R\$ 1.874 e contempla mais de 70 categorias

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Câmara de SP



Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de SP

Nova CPI irá investigar devedores de impostos

A Câmara Municipal de SP aprovou a criação de uma nova CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Casa. O colegiado irá apurar a situação dos grandes devedores de tributos no município. O requerimento do vereador Sansão Pereira (REPU) foi aprovado em Plenário na tarde desta quarta-feira (29). De acordo com o documento, a CPI vai investigar os devedores, "especialmente aqueles relativos ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ao ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e aos demais créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa". No início do ano parlamentares aprovaram divulgação pública da lista dos maiores devedores da dívida ativa de natureza tributária do município de São Paulo.

Mutirão de emprego; 3 mil vagas

A Prefeitura de SP promove um mutirão de emprego com mais de 3 mil vagas em diferentes setores na véspera do Dia do Trabalhador. A ação ocorre em unidades do Cate, com processos seletivos presenciais conduzidos por empresas. As oportunidades contemplam diversos níveis de escolaridade e áreas de atuação, incluindo funções operacionais, técnicas e administrativas. Salários podem chegar a R\$ 10,9 mil, dependendo da função.

Divulgação/Imagem ilustrativa/SampaNews/Prefeitura de SP



Obras do Trecho 1, com 1,2 km, devem acabar em 5 meses

Projeto da Nova M'Boi Mirim

A Prefeitura de São Paulo apresentou o projeto de requalificação da Estrada do M'Boi Mirim, na zona sul, com 6,3 km de extensão. A proposta inclui corredor central de ônibus nos trechos 2 e 3, entre a Av. dos Funcionários Públicos e o Terminal Jardim Ângela, além de ciclovias, baias, Faixa Azul e iluminação em LED. O trecho 1, com 1,2 km, está em obras desde janeiro. Com investimento de R\$ 446 milhões em parceria com o DER, a intervenção deve ser concluída até 2028 e impactar cerca de 800 mil pessoas da Zona Sul da capital paulista.

Feira do Livro no Bixiga

A 2ª Feira do Livro da Rocha (FLIR) será realizada de 1º a 3 de maio, no Bixiga, região central de São Paulo, com apoio da prefeitura. Organizado pela Livraria Simples, o evento reúne 57 editoras, sete livrarias e dezenas de organizações, com mais de 60 atividades gratuitas. A programação inclui debates, aulas e shows, com foco no tema "bem-viver" e homenagem à artista Thereza Santos.

Audiência 1

Na próxima quarta-feira (6), a partir das 19h, Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara de SP promove Audiência Pública com o tema "diálogo e avaliação dos impactos ambientais, urbanísticos e patrimoniais de Polos Gastronômicos". Convocação é de Nabil Bonduki (PT).

Audiência 2

O parlamentar explica que objetivo é ampliar o diálogo com a sociedade sobre o modelo proposto. Além disso, Nabil pontua que a proposta dos polos gastronômicos em 31 parques de SP prevendo a exploração comercial com venda de alimentos e bebidas foi apresentada por várias secretarias municipais.

IPTU sustentável 1

Nesta quarta-feira (29), foi realizada mais uma Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento, que debateu 26 PLs (Projetos de Lei). Entre os destaques, está o PL 201/2025, que propõe a criação do IPTU (Programa de Imposto Predial e Territorial Urbano) Sustentável no Município de São Paulo.

IPTU sustentável 2

A proposta é da vereadora Cris Monteiro (NOVO) e tem como coautor Silvinho Leite (UNIÃO). Marcelo Tannuri, auditor fiscal e representante da Secretaria da Fazenda, apresentou a posição da Prefeitura. Segundo ele, o projeto apresenta questões técnicas, como a previsão de desconto de até 15% sem a devida definição clara dos critérios.

Finanças; capoeira 1

O 4º edital de fomento à capoeira lançado pela SMC (Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa), em 2026, foi debatido em Audiência Pública solicitada pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo na noite desta terça-feira (28). Requerimento é de Keit Lima (PSOL).

Finanças; capoeira 2

O Programa Municipal de Fomento à Capoeira é uma política pública da SMC. A iniciativa foi criada para apoiar grupos da modalidade na cidade de São Paulo. A arte é uma manifestação cultural de origem afro-brasileira que envolve vários elementos da dança, além de luta, música, jogo e religiosidade.



Parque Ibirapuera, na Zona Sul da capital paulista

SP é líder de felicidade na América Latina

Levantamento global avalia bem-estar em 251 cidades

Da Redação

São Paulo foi apontada como a cidade mais bem colocada da América Latina em um levantamento internacional que mede níveis de bem-estar urbano e qualidade de vida. O estudo, que avaliou 251 cidades em diferentes regiões do mundo, posicionou a capital paulista na 161ª colocação global, destacando seu desempenho em indicadores ligados a governança, economia e acesso a serviços.

O ranking considera um conjunto amplo de critérios organizados em seis áreas principais: população, gestão pública, meio ambiente, economia, saúde e mobilidade. Ao todo, foram utilizados 64 indicadores, com pesos distintos, para compor a pontuação final de cada cidade. Entre os fatores analisados estão expectativa de vida, acesso à educação superior, presença de instituições acadêmicas de relevância internacional, qualidade do ar, disponibilidade de áreas verdes e participação cívica.

Mesmo distante das primeiras posições globais, São Paulo aparece à frente de grandes centros urbanos internacionais, superando cidades como Nova York, Pequim e Xangai no índice geral. No cenário nacional, apenas outras duas capitais brasileiras figuram na lista: Curitiba, na 197ª posição, e Belo Horizonte, que está em 219ª.

O levantamento também evidencia uma concentração de cidades europeias e asiáticas entre as melhores colocadas. O topo da lista é ocupado por Copenhague, seguida por Helsinque, refletindo o desempenho consistente dessas regiões em políticas públicas voltadas ao bem-estar da população e à sustentabilidade urbana.

A proposta do índice não é definir uma única cidade como referência absoluta, mas destacar centros urbanos que apresentam equilíbrio entre desenvolvimento econômico, qualidade de vida e gestão eficiente. A metodologia do levantamento divulgado atribui pesos variados aos indicadores, que vão de 0,5% a 3%, de acordo com sua relevância para a vida nas cidades analisadas.

Outro ponto observado no estudo é a ausência do Rio de Janeiro entre as cidades avaliadas. Já a última posição foi atribuída simbolicamente a Kiev, sem pontuação comparativa, em reconhecimento às condições excepcionais enfrentadas pela capital ucraniana.

O desempenho da cidade de São Paulo no ranking indica avanços em aspectos estruturais e sociais, ao mesmo tempo em que reforça desafios persistentes em áreas como mobilidade e meio ambiente, que continuam sendo determinantes para a qualidade de vida urbana.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de Mogi das Cruzes



Previsão de receita para 2027 é de R\$ 3,372 bilhões

Proposta para LDO de 2027 de Mogi é enviado para a Câmara

Mogi das Cruzes encaminhou o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2027, etapa que antecede a elaboração do orçamento municipal (Lei Orçamentária Anual). O secretário municipal de Finanças, Robson Senzali, e sua equipe apresentaram os números da proposta durante audiência pública na Prefeitura. A previsão de receita para 2027 é de R\$ 3,372 bilhões, somando estimativas da Prefeitura (R\$ 2,753 bilhões), do Sema (R\$ 317 milhões) e do Ipem (R\$ 302 milhões). A população contribuiu para a definição das metas. Entre as prioridades da LDO 2027 estão o cronograma mensal de desembolso, o equilíbrio das contas públicas, o repasse ao Legislativo e as metas fiscais.

Parâmetros e diretrizes

O planejamento orçamentário segue algumas etapas. O primeiro passo é o Plano Plurianual (PPA), que estabelece metas de arrecadação e investimentos para o período de 4 anos. Baseado no PPA, a cidade elabora, anualmente, a LDO, que prevê parâmetros e diretrizes para a que a Lei Orçamentária Anual (LOA) seja elaborada. Esta que detalha valores das receitas que vão ser usadas para suprir as despesas do município, como educação e saúde.

Divulgação/Prefeitura de Poá



O deputado Eduardo Nóbrega anunciou a emenda

R\$ 3,8 milhões para a saúde de Poá

Poá recebeu o deputado estadual Eduardo Nóbrega, que anunciou uma emenda parlamentar de R\$ 3,8 milhões que será destinada para a saúde pública da cidade. Em encontro com o prefeito Saulo Souza, a parceria entre Executivo municipal e Legislativo estadual foi reforçada. A verba será aplicada no custeio de saúde, contribuindo para a manutenção e melhoria do atendimento à população. "Hoje Poá é uma cidade que tem vez e que tem amigos como o deputado, que nos permite acelerar os investimentos na área da saúde", disse o prefeito.

Reconhecimento do trabalho

O deputado comentou que o envio desta emenda reflete o reconhecimento do trabalho desenvolvido e a certeza de que os recursos serão utilizados e aplicados da boa forma, além de ter elogiado a condução da administração municipal. "Os deputados da Alesp têm uma grande vontade de contribuir com a gestão do prefeito porque sabem que o dinheiro vai ser bem aplicado", disse ele.

Barueri I

Barueri recebe, no dia 5, às 19 horas, um evento gratuito focado no universo da literatura e ao mercado editorial no país. A ação acontece na Praça das Artes e tem o "Mercado Literário no Brasil" como tema. A atividade reúne profissionais da área para discutir sobre os desafios e as possibilidades de viver da escrita.

Barueri II

A programação conta com a presença de nomes conhecidos na cena literária, como Monique Malcher, Fabiana Grieco, Cristina Yamazaki e Nicole Sant'Ana. O painel principal reúne as convidadas para debater o cenário da literatura no Brasil. A abertura do evento conta com um coquetel e uma apresentação.

Guarulhos I

Guarulhos apresenta, ao longo do mês de maio, a Mostra Quadrinista Brasileiros dedicada a Mauricio de Sousa. A iniciativa faz parte da programação permanente da Gibiteca da Biblioteca Monteiro Lobato e acontece a partir de segunda-feira (4), se estendendo até o dia 29 de maio, com a entrada gratuita.

Guarulhos II

O objetivo do evento é valorizar a diversidade de estilos e narrativas que compõem o universo cultural, aproximando leitores da arte sequencial produzida no país. A mostra funcionará das 9h às 17h45, de segunda a sexta-feira na Gibiteca. O público poderá explorar o acervo do quadrinista e conhecer sua trajetória através do material exposto.

Santo André I

Santo André deu início à operação do Circular Luzitinha, um modelo de transporte público com tarifa zero para o atendimento de comunidades do Jardim Santo André. O serviço será realizado por micro-ônibus capaz de circular por ruas estreitas e vielas, locais onde linhas convencionais não conseguem operar.

Santo André II

A proposta do Luzitinha é deslocar os moradores até o Terminal Vila Luzita, ponto de integração com outras linhas principais. A gratuidade será exclusiva para esta linha e beneficiará cerca de 35 mil moradores. O serviço opera de segunda a sábado, das 5h às 22h, e aos domingos e feriados, das 7h às 15h.



Projeto de Lei traz reflexão sobre Equidade na cidade

Osasco aprovou o Dia da Equidade de Gênero

A data busca reforçar o tema, lembrando dele anualmente

Da Redação

A Câmara Municipal de Osasco aprovou uma proposta de iniciativa parlamentar que busca reflexão, conscientização e o aprofundamento de políticas públicas que buscam promover a equidade de gênero, tanto nas áreas públicas quanto nas iniciativas privadas da cidade.

Proposto pela vereadora Elsa Oliveira (Podemos), o Projeto de Lei 30/2026 estabelece o Dia Municipal da Equidade de Gênero em Osasco, que busca promover uma mudança de mentalidade em direção a ações que estimulem a equidade de gênero nas áreas pública e privada.

"Se a equidade de gênero já fosse realidade, eu tenho certeza de que esse projeto de lei não precisaria existir, mas ele precisa", disse Elsa ao falar sobre a proposta. Na tribuna, a parlamentar falou sobre os desafios que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho e em outras áreas. "No Brasil, as mulheres recebem em média 23% a menos que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções. Quando a gente fala de mulheres negras, essa desigualdade é muito profunda", diz ela exemplificando sua ideia.

Para ela, a criação da nova data é um marco institucional, que garante que a cidade não esqueça a pauta e se volte para o debate. Segundo a proposta, a data deverá ser celebrada no dia 26 de

agosto, anualmente, por meio de ações de conscientização e orientação sobre a equidade de gênero.

O projeto foi aprovado em primeiro turno e vai passar por mais uma votação antes de ser encaminhado para a análise do prefeito Gerson Pessoa (Podemos).

Outros projetos que foram aprovados

O Projeto de Lei 222/2025, de autoria do vereador Guilherme Prado (PRD), foi aprovado em segundo turno pela Câmara Municipal e agora segue para apreciação do prefeito. A proposta institui o Dia da Pessoa Desaparecida em Osasco, que tem o objetivo de ampliar a conscientização sobre o tema e fortalecer ações de apoio para as famílias.

Além disso, três Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) também foram aprovados para a concessão de homenagens a personalidades e entidades do município. O PDL 123/2025, do vereador Josias da Juco (PSD), que concede o Cartão de Prata à Oficina Mecânica Magnath's Centro Automotivo. O PDL 125/2025, do vereador Gabriel Saúde, que estabelece a entrega do Diploma João Cândido – Almirante Negro ao pastor e ativista social Waldomiro Hildebrando Ribeiro dos Santos. O PDL 12/2026, de autoria do vereador Rodrigo Gansinho (PL), concede o Título de Cidadão Osasquense ao Dr. Anderson Pires Giampaoli.

Vinícius Lummertz*

Governar é retificar

A recente votação na comissão do Senado que analisou o nome indicado ao Supremo Tribunal Federal — marcada, pela primeira vez em 132 anos, por uma votação contrária relevante e pela nitidez do embate político — não deve ser tratada como mais um episódio da rotina institucional ou como simples manifestação do confronto partidário. Ela expôs, com clareza incomum, um traço que, levado ao limite, ajuda a definir o país: a exceção passou a ocupar o lugar da regra e, com isso, o sistema se tensionou e começou a perder referência. O momento é, portanto, menos sobre um nome e mais sobre um sinal inequívoco.

O indicado, Jorge Messias, reúne trajetória pública, experiência de governo e reconhecimento político. A questão, porém, não é pessoal. O que se viu na comissão foi um debate atravessado por alinhamentos partidários e por uma lógica de confronto que, progressivamente, passou a orbitar o próprio ambiente do Supremo. A politização deixou de ser externa e passou a ser percebida como parte do circuito interno. Esse deslocamento não é trivial. É destrutivo.

O Brasil adotou um modelo simples na forma e concentrado na essência: o Presidente indica, o Senado aprova. Funciona, está previsto, mas a experiência recente su-

gere que o país chegou a um ponto em que precisa refletir sobre o padrão das escolhas, sobretudo quando se trata de um cargo de natureza vitalícia, que atravessa governos e conjunturas e que exige, por definição, estabilidade acima do ciclo político.

Olhar para fora, nesse contexto, é um exercício de prudência e aprendizado.

Nos Estados Unidos, a Supreme Court of the United States convive com o componente político, mas o submete a escrutínio intenso, com sabatinas rigorosas e exposição pública real. No Reino Unido, a Supreme Court of the United Kingdom segue um caminho mais técnico, com seleção conduzida por comissão independente e forte predominância de juízes de carreira. Na Alemanha, o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha exige maiorias qualificadas, o que impõe consenso e conduz à escolha de nomes com reconhecimento transversal. Na Itália, a Corte Constitucional da Itália distribui o poder de indicação entre diferentes instituições, produzindo uma composição plural e menos sujeita à concentração.

Os modelos variam, mas o padrão é claro: as democracias mais estáveis procuram diluir o peso da decisão individual, valorizar trajetórias jurídicas densas e preservar uma

distância mínima entre a Corte Suprema e o embate político imediato.

O Brasil já conheceu momentos em que esse padrão esteve mais presente, com a nomeação de juristas de carreira, julgadores profissionais, nomes cuja autoridade derivava da construção ao longo do tempo e não da inserção no circuito político. Não se trata de nostalgia, mas de referência histórica.

É nesse ponto que a oportunidade se abre.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem, neste momento, a possibilidade de realizar uma escolha que sinalize maturidade institucional, aproximando o Brasil das melhores práticas internacionais e das suas próprias tradições mais sólidas. Optar por um nome com trajetória essencialmente jurídica, com obra, com experiência de julgamento, alguém cuja presença no Supremo contribua para reduzir a percepção de polarização que, hoje, já alcança nitidamente o Judiciário.

Dar um passo atrás, nesse contexto, não é recuar. É avançar com método e consciência histórica. É compreender que, em determinadas circunstâncias, a força de uma decisão está na sua capacidade de reorganizar o sistema e não apenas de responder ao momento.

A ideia não é nova. Como lembra Xi

Jinping, governar é retificar. Retificar é ajustar o rumo à luz da experiência, corrigir excessos, reposicionar instituições para que cumpram melhor o seu papel.

A votação no Senado revelou um país em tensão consigo mesmo, mas também ofereceu uma rara oportunidade de correção de trajetória. O Brasil não precisa mudar tudo para avançar; precisa, às vezes, escolher melhor.

Se souber aproveitar esse momento, poderá transformar um episódio de conflito em um gesto de modernização institucional, reafirmando o Supremo como espaço de estabilidade e previsibilidade, não pela negação da política, mas pela escolha consciente de perfis que transcendam o seu calor imediato. Gestos na política podem ser engrandecedores. Sempre é tempo.

Países que evoluem são aqueles que aprendem com os próprios sinais. O Brasil, agora, tem diante de si um desses momentos. E, como ensina a experiência, é na capacidade de retificar que se mede a qualidade de um governo — e a maturidade de uma democracia.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Luiz Cezar Mortezsohn Rocha*

Royalties do petróleo: a sobrevivência do Rio de Janeiro em jogo no STF

O estado do Rio de Janeiro encontra-se novamente diante de um abismo fiscal. No próximo dia 6 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomará o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4917, que pode decidir pela derrubada da Lei 12.734/2012 — norma que estabelece a redistribuição dos royalties do petróleo e gás natural entre os entes da federação. Caso o placar desfavorável ao Rio se confirme, as perdas anuais para o estado e seus municípios podem oscilar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões, segundo estimativas da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Não se trata de alarmismo retórico, mas de constatação técnica. A referida lei está suspensa desde 2013 por uma liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia, que à época já advertia para o risco de catástrofe social diante da retirada abrupta de “valores vultosos e imprescindíveis para o prosseguimento dos serviços públicos essenciais”. Doze anos depois, a advertência permanece atual — e mais urgente.

A discussão que chega ao STF transcende a disputa contábil entre estados produtores e não produtores. Ela toca no cerne do pacto federativo e na própria noção de justiça distributiva no aproveitamento de recursos naturais não renováveis. Os royalties não são um favor concedido pela União; constituem uma compensação financeira devida aos estados e municípios impactados diretamente pela exploração de petróleo e gás em seus territórios ou em plataformas continentais a eles adjacentes. São, portanto, uma indenização pelos ônus socioambientais, pela infraestrutura desgastada, pelo fluxo migratório, pela

pressão sobre serviços públicos e, não menos importante, pela perda de arrecadação decorrente do regime diferenciado do ICMS incidente sobre os combustíveis — tributo que atualmente é pago no destino, beneficiando justamente quem não produz.

É preciso nomear essa distorção: transfere-se renda dos estados produtores para os demais sob uma lógica economicamente equivocada. O Rio de Janeiro, maior polo petrolífero do país, arca com os custos da produção — ambientais, sociais e logísticos — enquanto estados consumidores recolhem o ICMS sobre os derivados. Os royalties vêm justamente para recompor, ainda que parcialmente, esse desequilíbrio estrutural. Tentar suprimi-los ou reduzi-los a pretexto de uma “repartição mais equânime” é ignorar que a equidade não se confunde com uniformidade.

Os números são eloquentes e implacáveis. Somente em 2025, o Rio de Janeiro abriu mão de mais de R\$ 90 bilhões em tributos gerados pela cadeia de combustíveis em favor de outras unidades da federação. A isso se soma um novo desfalque anual de aproximadamente R\$ 26 bilhões, vinculado à mudança no regime de partilha do pré-sal — recursos que, por força de alterações legislativas, deixaram de compor o bolo da arrecadação fluminense. Agora, sobrevém a ameaça de mais R\$ 20 a R\$ 30 bilhões evaporados dos cofres estaduais e municipais por decisão judicial.

É importante sublinhar: o Rio de Janeiro não pede privilégios, mas o reconhecimento de sua especificidade federativa. O estado que mais contribui com a arrecadação nacional — via royalties, participações especiais e tributos

sobre a produção industrial — é também aquele que mais sofre com a concentração de riscos ambientais, com a deterioração de sua malha viária e com o colapso de serviços públicos financiados por receitas voláteis. Retirar os royalties do Rio sem oferecer contrapartida equivalente é condenar a população fluminense a um aprofundamento ainda maior da desigualdade regional.

Sem os royalties, não faltará apenas dinheiro para o Rio — faltará o básico: hospitais funcionando, escolas em condições dignas de ensino, aposentadorias pagas em dia, segurança pública minimamente eficaz. Essa não é uma previsão catastrofista; é a matemática simples das contas públicas. O orçamento estadual já opera sob forte tensão, com despesas obrigatórias crescentes e receitas próprias insuficientes para cobrir o custeio da máquina administrativa e dos serviços essenciais. Um rombo bilionário adicional inviabilizará o estado.

A preocupação com a distribuição mais equânime do investimento público é legítima e deve ser perseguida por outros mecanismos — como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou transferências voluntárias da União —, mas não pode servir de capa para o confisco de verbas compensatórias. A federação brasileira foi concebida para conviver com assimetrias; suprimi-las à força, mediante interpretação judicial que ignora a realidade dos territórios produtores, é romper o pacto federativo por dentro.

O que se espera do STF, neste momento delicado, é sensibilidade federativa e compreensão de que a segurança jurídica não se resume à aplicação literal da norma, mas à proteção das expectativas legítimas

dos entes que organizaram suas finanças com base em um quadro legal vigente. A lei de 2012 foi aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pela Presidência da República e refletiu, à época, um amplo acordo político. Desconstituí-la por decisão judicial, após mais de uma década de vigência suspensa, sem oferecer solução transitória que evite o colapso imediato dos estados produtores, seria um ato de irresponsabilidade institucional.

O Rio de Janeiro não pode pagar — sozinho — o preço da construção de um novo pacto federativo. Defendemos, portanto, não apenas a manutenção dos royalties nos patamares atuais, mas também o reconhecimento público de que esses recursos são, acima de tudo, uma dívida da União com os estados que sustentam a produção de energia do país. Sem essa verdade, o julgamento de maio não será um marco de justiça, mas a certidão de óbito de um estado que já fez — e continua fazendo — muito pelo Brasil.

***Formado em Direito pela UERJ, com especialização em Direito Público pela UCAM e mestrando em Direito pela Universidade Estácio. Foi Assessor Legislativo na Alerj e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na Sefaz-RJ, atuou como Superintendente de Tributação (2020/2021), representante na Cotepe/Confaz (2020/2021), Coordenador Administrativo da Superintendência de Tributação, Suplente da Junta de Revisão Fiscal e do Conselho de Contribuintes. Filiado ao Sinfrerj desde 2012, foi diretor por dois mandatos e atualmente assume a presidência.**

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Reprodução



Lula e Alcolumbre... Perdão! Hynkel e Napaloni

Messias sucumbe na guerra de vaidades de Lula e Alcolumbre

Entre as diversas sequências antológicas de O Grande Ditador, o clássico de Charles Chaplin, há uma que resume de forma demolidora o quanto são ridículas e infantis as disputas de poder entre líderes políticos. Adenoyd Hynkel, a paródia de Adolf Hitler interpretada por Chaplin, recebeu em seu país, a Tomânia, o ditador de Bactéria, Benzino Napaloni, a caricatura de Benito Mussolini, papel de Jack Oakie. Nas demonstrações de superioridade de um sobre o outro, eles vão até o salão de barbeiro do palácio de Hynkel. E produzem ali uma hilária corrida de cadeiras de barbeiro, um tentando colocar mais alto a sua cadeira para rebaixar o outro. O Senado assistiu ontem a uma repetição da disputa de cadeiras.

Messias no papel do barbeiro

A versão política foi protagonizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). E deixou no papel do humilde barbeiro - no filme, ele é confundido com o ditador - o advogado-geral da União, Jorge Messias, na sua busca fracassada para ser aprovado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Alcolumbre derrotou Messias. Só tinha acontecido antes em 1894.

Ricardo Stuckert/PR



Messias e Lula: um "não" ao personalismo

Por que Alcolumbre era contra?

Messias teve 16 votos na Comissão de Constituição e Justiça quando o mínimo seria 14. E somente 34 no plenário do Senado, quando pelo menos teria que ter 41. A história provavelmente passará o resto da vida tentando compreender a razão. Alcolumbre resistia a Messias porque queria na vaga no STF o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG). Mas Lula já tinha se entendido com Pacheco, a quem queria como candidato a governador em Minas Gerais. Pacheco aceitou, mudou de partido, será candidato. Posou para foto ao lado de Messias na véspera.

Modo de indicação em xeque

Parece haver mesmo algo de muito errado quando a escolha de um dos chefes do poder Judiciário depende unicamente da guerra de vaidades entre os chefes dos outros dois poderes. Eles, pelo menos, foram eleitos pelo voto popular. Enquanto Messias era sabatinado na quarta-feira (29), muito se discutia no Congresso quanto ao atual modelo de indicação dos ministros do STF.

PECs

Há nada menos que 35 Propostas de Emendas à Constituição (PECs) sugerindo mudanças na forma de indicação dos ministros do STF. Eles também tomados por grande vaidade pela forma como são escolhidos. Se essa já era uma discussão que crescia, o capítulo de quarta-feira pode tê-la amadurecido.

Damares

Somente a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) tem três PECs. No início da quarta-feira, ela era tida como um voto a favor da indicação de Messias. Não se sabe se mudou de ideia, mas ela votou contra. Segundo ela, como recado para a necessidade de mudança no modelo de escolha.

Solitária

"A escolha de um ministro STF não pode depender unicamente da vontade solitária de uma pessoa para atuar lá como seu representante", critica Damares. Mas assim não fez Jair Bolsonaro com André Mendonça e Kassio Nunes Marques? "É diferente", rebate. "Eles não tinham história de militância".

Evangélica

A posição de Damares indicava ter se reduzido a pressão que era feita por alguns segmentos evangélicos para que Messias fosse aprovado. Pressão que foi feita inclusive por André Mendonça. "O fato de ser cristão não altera a situação de Messias", diz Damares. "Não altera o fato de que ele atua politicamente por um lado que não é o meu".

Pecado

Voltando a Jorge Messias, no seu papel de barbeiro humilde na versão política do filme de Chaplin, talvez não tenha sido ele o pecado original de Lula. Antes, Lula resolvera indicar para o Supremo Tribunal seu próprio advogado pessoal, Cristiano Zanin. Ali teria sido o ápice do personalismo da escolha.

Entornou

Antes de deixar a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) já fazia uma defesa forte da necessidade de reforma do Judiciário. Para ela, esse tema deverá ser um dos principais debates do país após as eleições deste ano. O caldo entornou. A reforma do Judiciário começou.



Dario Durigan prepara o programa de renegociação

Desenrola 2.0 pode incluir endividados adimplentes

Pedido do presidente Lula visa amenizar impactos

Por Gabriela Gallo

As regras do Desenrola 2.0, nova estrutura do programa do governo federal para renegociação de dívidas, devem também incluir os endividados não inadimplentes, ou seja, os contribuintes que têm dívidas ativas mas que pagam suas contas em dia. O pedido foi formulado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a equipe econômica do governo após o ministro da Fazenda, Dario Durigan apresentar a modelagem do Desenrola 2.0 ao presidente da República no começo da semana.

O Ministério da Fazenda comunicou que concluiu a modelagem do Desenrola 2.0 e apresentou a proposta ao presidente Lula na terça-feira (29). Desde que foi apresentado, o programa visa amenizar os impactos financeiros de um problema que tem sido a pedra no sapato do governo: o endividamento das famílias. E um dos principais setores atingidos com esse problema é a classe média brasileira, o que pode ser um problema em um ano eleitoral.

De acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa, referente a março deste ano, o Brasil registrou 82,8 milhões de inadimplentes, o equivalente a 50,51% da população do país. Segundo o levantamento, são 338,2 milhões de dívidas que totalizam R\$ 557

bilhões em dívidas. Em comparação ao mesmo período de 2025, isso é um aumento de 7,1 milhões de pessoas inadimplentes no país (75,7 milhões).

Ao Correio da Manhã, a consultora de Análise Política na BMJ Consultores Associados Raquel Alves destacou que, para reconquistar parte da classe média, o governo precisa "mostrar que entende as demandas urgentes, de médio e longo prazo" da categoria e "elaborar propostas com soluções estruturantes e não apenas conjunturais".

"De nada adiantam pacotes sucessivos que resolvam problemas imediatos e deixem questões profundas (como o alto custo da classe média com educação, saúde, segurança pública, transporte) sem solução. E claro, a estabilidade fiscal, porque afinal a classe média tem pouca margem de manobra para suportar choques econômicos", destacou a analista política.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a reformulação do programa Desenrola tem como foco a renegociação de dívidas ligadas a cartão de crédito, cheque especial e crédito direto ao consumidor.

A proposta é implementar descontos de até 90% na cobrança de juros bancários. Segundo o Banco Central (BC), a taxa média de juros do rotativo do cartão de crédito é de 428% ao ano. No cheque especial, de 137,9%.

“Bessias”, o escolhido de Lula, sofre derrota histórica

132 anos depois, um escolhido para o STF é rejeitado pelos senadores em plenário

Por Beatriz Matos

Jorge Messias chegou esperançoso, de peito aberto e com a Constituição Federal de 1988 na mão. Ao ser questionado sobre a expectativa para a sabatina, respondeu apenas com um largo sorriso: “Deus abençoe”.

O nome Messias tem um significado que remonta à sua trajetória até o desfecho desta fatídica quarta-feira (29). Refere-se a alguém “consagrado para uma missão especial”. Foi o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez ao indicá-lo para uma das cadeiras mais importantes do país: a de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mas a missão terminou de forma inesperada. O advogado-geral da União foi rejeitado por 42 senadores. Para ser aprovado, precisava de pelo menos 41 votos favoráveis.

“Vai perder”

Antes mesmo do encerramento da votação, o presidente da casa, Davi Alcolumbre (União-AP), já havia “cravado” um placar. Com o microfone aberto, sussurrou: “Acho que vai perder por 8”. O resultado final veio próximo da previsão: Messias acabou derrotado por sete votos, com apenas 34 favoráveis.

O resultado não só impediu a ida ao Supremo, como entrou para a história política recente como uma das derrotas mais duras de uma indicação presidencial.

A última vez que o Senado havia barrado um nome ao STF foi em 1894, no governo de Floriano Peixoto. Naquele ano, cinco indicações foram rejeitadas — os únicos registros até então. Mais de um século depois, Lula experimenta o mesmo desfecho amargo.

Se aprovado, Messias seria a 11ª indicação de Lula ao Supremo, considerando os três mandatos.

A rejeição caiu como um recado direto ao Planalto. Mesmo com a liberação de mais de R\$ 12 bilhões de emendas parlamentares às vésperas da votação e com mudanças na composição da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a base não conseguiu segurar o placar.

Peso de Alcolumbre

Nos corredores do Senado, a leitura não é única. Parte da base aliada atribui o resultado à atuação da oposição, especialmente ligada ao bolsonarismo. Outros, no entanto, apontam para um



Lula Marques/Agência Brasil.



Lula Marques/Agência Brasil.

Alcolumbre avisou antes da Mesa do Senado: “Vai perder”

Messias foi sabatinado por oito horas na CCJ

fator mais silencioso, e, talvez, o mais determinante: o peso do Davi Alcolumbre.

O presidente do Senado nunca escondeu sua preferência por outro nome para o Supremo, o senador Rodrigo Pacheco (PS-B-MG). A escolha de Lula por Messias gerou ruído desde o início e contaminou a relação entre Planalto e Congresso ao longo dos últimos meses.

O encontro entre Alcolumbre e Messias, aos 45 minutos do 2º tempo, até sinalizou uma tentativa de distensão. Mas, ao que tudo indica, não foi suficiente para reverter o cenário.

Messias passou meses circulando pelos corredores do Senado, batendo de gabinete em gabinete, conversando, tentando construir apoio. No Salão Azul, virou figura constante. À mesma pergunta sobre expectativa, repetia: “Estamos confiantes”.

Nos bastidores, o governo também estava. A conta do Planalto

indicava entre 44 e 45 votos favoráveis. Havia, sim, o reconhecimento de que o voto secreto poderia trazer traições. Mas a rejeição não estava no radar. E ela veio. Direta, numérica e histórica.

Aprovado na CCJ

A sabatina de Jorge Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começou ainda pela manhã e se estendeu por mais de oito horas. Foi a primeira etapa vencida pelo indicado de Lula antes da votação em plenário.

Ao abrir a fala, Messias adotou um tom pessoal e institucional, lembrando a trajetória até chegar ali. “Estar aqui já é em si um privilégio”, afirmou logo no início da exposição.

Durante o discurso, ele tentou equilibrar acenos ao Congresso com uma defesa do papel do Supremo. Em um dos trechos mais sensíveis, afirmou que o Judiciário não deve avançar sobre outros Poderes: “Nem ativismo, nem passivismo; a

palavra é equilíbrio”.

Messias também fez questão de reforçar a necessidade de respeito às regras institucionais, em um momento em que o próprio Supremo é alvo de críticas dentro do Parlamento. “Regras protegem a sociedade contra o voluntarismo judicial”, disse.

A fala foi construída com foco em sinalizar moderação e compromisso institucional. Ao tratar da relação entre os poderes, destacou que o Judiciário deve atuar com cautela: “O papel da jurisdição constitucional está exatamente colocado no processo de equilíbrio entre os Poderes”.

O indicado também trouxe um elemento pessoal ao discurso, ao mencionar a fé e a origem. “Aqui vos fala um servo de Deus”, afirmou, ao destacar a trajetória familiar e religiosa. Na CCJ, Messias teve 16 votos favoráveis. Precisava de 14. O otimismo, porém, esbarrou mais tarde no plenário.

Repercussão

Ainda no Senado, o indicado se manifestou visivelmente abatido com o desfecho. “Eu cumpro o meu desígnio, participei de forma íntegra e franca de todo este processo”, afirmou.

Ao longo da fala, Messias reconheceu o resultado e evitou confrontos: “O Senado é soberano. O plenário falou, agradeço os votos que recebi. Faz parte do processo democrático”.

Em um dos momentos mais pessoais, resumiu o sentimento da noite: “Tem dias de vitórias e tem dias de derrotas. Nós temos que aceitar”. E completou: “Lutei o bom combate”.

Ao lado dele, o ministro de Relações Institucionais, José Guimarães (PT), também se pronunciou, adotando um tom institucional e tentando sustentar a escolha do governo. Segundo ele, o presidente Lula “encaminhou o melhor nome”, ressaltando que Messias “preencheu todos os requisitos exigidos pela Constituição”.

Apesar disso, Guimarães reconheceu o resultado e devolveu a pressão ao Congresso: “Cabe agora ao Senado explicar as razões dessa desaprovação”.

Do outro lado, a oposição tratou o episódio como um sinal político mais amplo. O senador Sergio Moro (PL-PR) afirmou que há “uma insatisfação em relação ao Supremo Tribunal Federal” e defendeu uma reflexão interna da Corte.

Já o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ampliou o tom e conectou a derrota ao cenário político nacional. Para ele, “o Brasil está muito mal, com insegurança jurídica” e o resultado seria reflexo de um desgaste do governo.

Na mesma linha, o senador Rogério Marinho (PL-RN) classificou o episódio como uma derrota do Planalto e defendeu que a próxima indicação ao Supremo fique para depois das eleições.

Nos bastidores do próprio Judiciário, também houve manifestação. O ministro do STF André Mendonça saiu em defesa do indicado: “O Brasil perde a oportunidade de ter um grande Ministro do Supremo”. E completou: “Messias é um homem de caráter, íntegro e que preenche os requisitos constitucionais para ser Ministro do STF”.

Em tom mais pessoal, Mendonça ainda afirmou: “Messias, saia dessa batalha de cabeça erguida. Você combateu o bom combate”.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Waldemir Barreto/Agência Senado



Presidente do Senado articulou derrota

Alcolumbre vira inimigo número 1 do Planalto

A recusa da indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal transformou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), no principal inimigo do Palácio do Planalto.

Pouco depois da votação, um integrante do governo comentou que o ódio ao senador ultrapassava, naquele momento, o reservado ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

A tendência é de que, acuado, o Palácio do Planalto parta para a guerra aberta — para acirrar a briga, hoje, também sob o comando de Alcolumbre, sessão conjunta do Congresso Nacional deverá derrubar o veto do presidente Lula ao projeto de lei que diminui a pena de condenados por golpismo

Missão quase impossível

O grande desafio do governo é tentar impedir que a goleada sofrida no caso Messias não complique articulações voltadas para a eleição.

Apesar da humilhação imposta pelo Senado, o Planalto não quer passar a ideia de que a derrota foi uma espécie de prévia da disputa de outubro.

O placar elástico indica que Lula não terá como indicar outro nome pro STF. Só em 2027, se for reeleito.

Carlos Moura/Agência Senado



Jorge Martins durante sabatina da CCJ

Dois pra lá, dois pra cá

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (PL) relativizou a vantagem de cinco votos obtida por Jorge Messias na Comissão de Constituição e Justiça. Pouco depois das 17h, ele, dissera à coluna que acreditava em uma vitória de Messias por “dois ou três votos” na CCJ.

Portinho disse que acertou: como a votação era na base do sim ou não, um voto para um ou outro gerava uma diferença de dois na soma final.

Mas nem ele esperava placar tão elástico no plenário: previu vitória ou derrota por dois votos.

As armas de Caetano

O senador Márcio Bittar (PL-AC) negou, à tarde, ter dito que Caetano Veloso pegara em armas contra a ditadura. Mas sua fala foi registrada pela taquigrafia. Segundo ele, Fernando Gabeira e Caetano declararam: “Nós não lutávamos pela democracia, nós lutávamos pela implantação da ditadura do proletariado”. Em nome disso, pegaram em arma, foram para a guerrilha urbana e rural (...).”

Identificação

A pesquisa Quaest em São Paulo traz pontos festejados pelo PT, principalmente o empate, entre os mais pobres e menos instruídos, entre Fernando Haddad e o atual governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Para o partido, isso indica identificação entre o petista e classes populares.

Empates

Em um dos cenários para o primeiro turno, sem a presença de Paulo Serra (PSDB), Tarcísio e Haddad estão empatados com 29 pontos entre os que têm renda familiar de até dois salários mínimos. Com o tucano no páreo, o atual governador tem 28% contra 26% do petista, o que caracteriza empate técnico.

Escolaridade

Cenário parecido ocorre em relação ao grau de escolaridade. Entre os que têm nível fundamental, Tarcísio tem 33% e, Haddad, 31%. Isto, com a presença de Serra. Sem o tucano, o empate técnico fica ainda mais evidente: 35% a 34%, mantida a vantagem numérica para o atual governador do estado.

Minoria

A diferença favorável a Tarcísio aumenta na medida em que sobem renda e escolaridade dos entrevistados. Para o PT, isso demonstra que Haddad tem sido visto como aliado por, pelo menos, metade dos mais pobres e menos instruídos. O problema é que, em São Paulo, diferentemente do que ocorre na maioria do país, pobres são minoria.

Estado rico

Para que a pesquisa refletisse a realidade do estado, a Quaest levou em conta dados oficiais sobre a população do estado. Essas informações indicam que, em São Paulo, as famílias com renda de até dois salários mínimos são 21% do total — as que recebem de dois a cinco são 44%, as que ganham acima de cinco, 35%.

Rejeição

Além da desvantagem em relação aos mais ricos e instruídos, Haddad tem contra si uma alta rejeição: 58% disseram que conhecem e não votariam no petista. Esse número é vinte pontos acima do registrado em relação a Tarcísio. Detalhe impressionante: 14% disseram não conhecer o atual governador.



Eleitores dividem escolhas entre Lula e Tarcísio

Quaest aponta Tarcísio em São Paulo

Mas preferidos para o Senado são aliados do governo Lula

Por Gabriela Gallo

As eleições no estado de São Paulo aparentam enfrentar características do chamado “voto cruzado”, quando um vencedor para um cargo é eleito de uma eventual linha ideológica, mas outro cargo eleito é de outra vertente.

A Pesquisa Genial/Quaest de avaliação de governo de intenção de votos no estado do São Paulo, divulgada nesta quarta-feira (29), aponta que o eleitor paulista apresenta tendência de reeleger o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Contudo, também evidencia que os novos senadores por São Paulo devem ser os indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em um cenário fictício de primeiro turno entre o atual governador, o ex-ministro da Fazenda, o deputado federal Kim Kataguirri (Missão) e o advogado Paulo Serra (PSDB), Tarcísio tem 38% das intenções de votos, Haddad 26%, Kataguirri 5% e Serra também 5%. Em um segundo cenário fictício de primeiro turno, dessa vez sem o advogado, Tarcísio conta com 40% das intenções de votos, Haddad com 28% e Kim segue com 5% dos votos. Em um eventual segundo turno entre Tarcísio de Freitas e Fernando Haddad o atual governador teria 49% dos votos e o ex-ministro da Fazenda 32%.

Por outro lado, apesar do favoritismo de um candidato de

direita e de oposição à atual gestão do presidente Lula, o cenário se inverte nas intenções de votos para os candidatos que visam representar São Paulo nas duas cadeiras livres do Senado Federal.

De acordo com a Quaest, a candidata que tem mais intenções de votos é a ex-ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (PSB), diretamente ligada a chapa à reeleição presidencial de Lula. E a segunda cadeira está em uma disputa entre o ex-ministro do Empreendedorismo Márcio França (PSB) e a ex-ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática Marina Silva (Rede), também aliadas do governo.

Ao Correio da Manhã, o professor de políticas públicas Jackson De Toni explicou que, “em termos de comportamento eleitoral no Brasil”, a situação ocorrer devido ao “caráter predominantemente não-ideológico do eleitor, que não condiciona sua decisão a um alinhamento partidário estrito”.

“Enquanto a escolha para o Executivo atende a lógicas e demandas locais, o voto para o Senado é fortemente influenciado pelo carisma individual do candidato e pelo peso do apoio político de figuras nacionais, como o presidente da República. Portanto, o eleitor dissocia as duas esferas, escolhendo seus representantes com base nas influências e no perfil de cada candidato”.

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRÉ SOUZA

Agência Brasil



Banco Central divulgou decisão do COPOM na quarta(29)

Copom reduz Taxa Selic de 14,75% para 14,50% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, passando de 14,75% para 14,50% ao ano. Dados divulgados pelo Banco Central mostram que a decisão acompanha os sinais da desaceleração da atividade econômica, com indicação de que a alta de preços vem perdendo força nos últimos meses. A taxa Selic é a principal ferramenta do BC para controlar a economia e influencia diretamente o custo do dinheiro no país. Quando a Selic sobe, os juros de empréstimos, financiamentos e cartões de crédito ficam mais altos, o que reduz o consumo das famílias e ajuda a conter a inflação. Já quando a taxa cai, o crédito fica mais barato, estimulando compras, investimentos e a atividade econômica.

Meta da inflação não deve ser cumprida

O BC também revisou sua projeção de inflação para 2026 e admitiu que não deve cumprir a previsão inicial de 4,0%. No novo relatório do Copom, a estimativa é que a Inflação atinja 4,6%. Para 2027, a projeção é de 3,5%, indicando proximidade com a meta. Apesar da melhora no horizonte futuro, a inflação segue acima do objetivo de 3% em 2026 e ainda exige cautela na política monetária. Boletim Focus mais recente prevê que a inflação (IPCA) de 2026 será de 4,86%.

Ilustração / Imagem gerada por IA



20% do gás consumido no Brasil é importado

R\$ 330 mi para importação do GLP

O governo federal liberou R\$ 330 milhões por meio de medida provisória publicada no Diário Oficial de terça-feira(28) para conter a alta do preço do gás de cozinha. O crédito extraordinário será destinado ao Ministério de Minas e Energia para subsidiar a importação de gás liquefeito de petróleo (GLP) e manter o valor do produto próximo ao gás nacional. A medida busca evitar repasses ao consumidor diante da alta internacional do petróleo, agravada pela guerra no Oriente Médio. Hoje, cerca de 20% do gás consumido no Brasil é importado.

Média do preço do gás de cozinha

A média nacional do preço do gás de cozinha (botijão de 13 kg) está em R\$ 114,61, segundo levantamento mais recente da Agência Nacional de Petróleo (ANP), referente à semana de 19 a 25 de abril. Entre os estados monitorados, o mais caro é Tocantins, com média de R\$ 128,23, e o mais barato é Rio de Janeiro, com R\$ 103,99. Os valores variam conforme logística, impostos estaduais e concorrência regional.

Preços Indústria I

Os preços da indústria subiram 2,37% em março ante fevereiro, após queda de -0,16% no mês anterior, segundo o Índice de Preços ao Produtor (IPP) do IBGE. Das 24 atividades pesquisadas, 18 tiveram alta: indústrias extrativas (18,65%), produtos químicos (5,03%), refino de petróleo e biocombustíveis (4,24%) e alimentos (1,90%).

Preços Indústria II

Entre os destaques negativos, metalurgia recuou -0,28%. Por categoria, bens intermediários subiram 3,75%, bens de consumo 0,95%, bens de consumo semiduráveis e não duráveis 1,19%, enquanto bens de capital caíram -0,18% e bens duráveis, -0,24%. No ano, o IPP acumula 2,53%.

Tesouro Direto I

O Tesouro Nacional informou que os investimentos no Tesouro Direto somaram R\$ 14,79 bilhões em março de 2026, maior valor da série histórica. Foram 1,22 milhão de operações no mês. Já resgates e vencimentos chegaram a R\$ 11,01 bilhões, gerando emissão líquida de R\$ 3,78 bilhões no período.

Tesouro Direto II

Entre os títulos mais buscados no Tesouro Direto em março, os atrelados à Selic lideraram com 52,7% das vendas, seguidos pelos indexados à inflação, com 32,1%, e pelos prefixados, com 15,2%. O estoque total do programa fechou o mês em R\$ 234,4 bilhões, alta de 42% em 12 meses no acumulado anual mais recente.

Acordo Mercosul-UE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirma que o acordo Mercosul-União Europeia, que entra em vigor em 1º maio, zerará tarifas de 80% das exportações brasileiras ao mercado europeu. A medida deve reduzir custos, ampliar competitividade e beneficiar mais de 5 mil produtos, fortalecendo o comércio entre os blocos.

Crédito a taxistas

Representantes dos taxistas pediram ao governo federal uma linha de crédito para renovar a frota de veículos. A proposta prevê recursos do FAT com juros facilitados. A categoria afirma que muitos motoristas não conseguem trocar carros antigos. Se aprovada, a medida pode modernizar o setor e melhorar o serviço prestado.



Setor de Serviços registrou saldo de 152.391 vagas em março

Brasil cria 228 mil empregos formais em março

Segundo CAGED, 49 milhões de pessoas estão empregadas

André Souza

O mercado de trabalho formal brasileiro registrou saldo positivo de 228.208 vagas em março de 2026, segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No período, foram registradas 2.526.660 admissões e 2.298.452 desligamentos.

O Novo Caged é o sistema que registra admissões e demissões de trabalhadores com carteira assinada no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O saldo mensal corresponde à diferença entre contratações e desligamentos no período.

Com o resultado de março, o país acumulou 613.373 novas vagas formais no primeiro trimestre de 2026. No acumulado de 12 meses até março, o saldo foi de 1.211.455 empregos formais. O estoque de vínculos ativos, que representa o total de empregos formais existentes no país, chegou a 49.082.634 em março de 2026. O número representa aumento de 2,6% em relação a março de 2025.

Setores

Por setores econômicos, o segmento de Serviços registrou saldo de 152.391 vagas. A Construção teve saldo de 38.316 vagas, a Indústria registrou 28.336 vagas e o Comércio apresentou 27.267 vagas. A Agropecuária teve saldo negativo

de 18.096 vagas. O saldo negativo na Agropecuária é associado a variações sazonais do setor, com encerramento de ciclos produtivos em determinadas culturas.

No recorte regional, 24 das 27 unidades da Federação apresentaram saldo positivo. Os maiores saldos foram registrados em São Paulo (+67.876 vagas), Minas Gerais (+38.845 vagas) e Rio de Janeiro (+23.914 vagas). No recorte por faixa etária, trabalhadores de até 24 anos responderam por mais de 72% das vagas criadas em março. Entre os níveis de escolaridade, a maior parte das admissões ocorreu entre trabalhadores com ensino médio completo.

O salário médio de admissão em março foi de R\$ 2.350,83. O valor registrou variação de -0,7% em relação a fevereiro de 2026 e de +1,8% em relação a março de 2025.

Taxa de Desemprego

A taxa de desocupação no Brasil foi de 5,8% no trimestre encerrado em fevereiro de 2026, segundo a PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período, a população desempregada foi estimada em 6,2 milhões de pessoas. O indicador recuou em relação ao mesmo período de 2025. A próxima divulgação da PNAD Contínua, com os dados do trimestre encerrado em março de 2026, está prevista para quinta-feira (30 de abril).

Negócios com consórcios crescem 22,6% no primeiro trimestre

Sistema alcança recorde de 12,9 milhões de participantes ativos entre janeiro e março, diz ABAC

No primeiro trimestre de 2026, o sistema de consórcios movimentou R\$ 129,16 bilhões em negócios no Brasil, alta de 22,6% em relação aos R\$ 105,38 bilhões registrados no mesmo período de 2025. No intervalo entre janeiro e março, também foram vendidas 1,38 milhão de cotas, avanço de 12,2% frente a 1,23 milhão no ano anterior, de acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC).

Outro indicador em crescimento foi o número de participantes ativos, que alcançou novo recorde histórico em março. O total chegou a 12,93 milhões de consorciados, aumento de 13% na comparação com os 11,44 milhões registrados no mesmo mês de 2025. Em relação a janeiro de 2022, quando havia 8,21 milhões de participantes, a expansão acumulada foi de 57,5%.

Segundo a entidade, a sequência de crescimento resultou em 50 recordes consecutivos no número de consorciados ativos

em pouco mais de quatro anos, com exceção de abril de 2023.

As contemplações — momento em que o crédito é liberado para aquisição de bens ou serviços — somaram 481,67 mil no trimestre, patamar próximo das 485,57 mil verificadas entre janeiro e março de 2025. Os créditos concedidos totalizaram R\$ 34,29 bilhões, alta de 8,3% sobre os R\$ 31,67 bilhões do ano anterior.

O tíquete médio em março foi de R\$ 97,48 mil, crescimento de 14,5% em relação aos R\$ 85,11 mil registrados no mesmo mês de 2025. Na comparação com março de 2022, quando o valor médio era de R\$ 64,34 mil, a valorização nominal foi de 51,5%. Descontada a inflação acumulada de 21,4% pelo IPCA no período, a elevação real foi de 24,8%. “No primeiro trimestre, notou-se uma retomada mais forte dos negócios, mesmo com pequena influência da desaceleração da economia e inflação em alta. No cenário ge-



Foram vendidas 493,5 mil cotas de consórcios para veículos leves no 1º tri, segundo ABAC

ral, a maioria dos indicadores do Sistema de Consórcios registrou crescimento”, afirmou o presidente-executivo da ABAC, Paulo Roberto Rossi, em nota.

Novas cotas

Em março, foram comercializadas 505,61 mil cotas, terceiro maior volume mensal dos últimos dez anos. Os maiores resultados anteriores haviam sido registrados em outubro de 2025, com 518,18 mil cotas, e em setembro de 2025, com 507,14 mil.

No acumulado do trimestre, as vendas de cotas ficaram distribuídas da seguinte forma: 493,59 mil em veículos leves; 390,93 mil em imóveis; 382,88 mil em motocicletas; 54,36 mil em eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis; 40,61 mil em veículos pesados; e 16,33 mil em serviços.

Entre os segmentos, quatro registraram crescimento nas vendas: eletroeletrônicos e bens móveis duráveis (44,9%), imóveis

(37,3%), serviços (18,9%) e motocicletas (7,2%). Veículos leves ficaram estáveis, enquanto veículos pesados recuaram 10,1%.

Contemplações

Nas contemplações, a divisão setorial foi de 208,02 mil em veículos leves; 181,97 mil em motocicletas; 45,17 mil em imóveis; 28,30 mil em veículos pesados; 9,44 mil em eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis; e 8,77 mil em serviços.

Participantes

Do total de participantes ativos em março, 41,9% estavam em veículos leves, equivalente a 5,42 milhões de pessoas. Motocicletas representaram 25,2%, com 3,26 milhões; imóveis, 22,9%, com 2,96 milhões; veículos pesados, 7%, com 905,36 mil; eletroeletrônicos, 2%, com 253,02 mil; e serviços, 1%, com 132,99 mil.

Mercados

A entidade também estimou a participação do consórcio em

diferentes mercados. No setor de veículos leves, as contemplações corresponderam potencialmente a um em cada três veículos vendidos no país entre janeiro e março. No segmento de motocicletas, a relação também foi de uma moto a cada três comercializadas no mercado interno. Entre os veículos pesados, a participação estimada para caminhões foi de 35%. Somente para veículos automotores, foram liberados mais de R\$ 25,50 bilhões em créditos no trimestre. A participação potencial foi calculada em 34,8% no setor de automóveis, utilitários e camionetas; 31,8% no mercado de motocicletas; e 35% em caminhões.

No segmento imobiliário, no primeiro bimestre de 2026, as contemplações representaram potencialmente 30,1% de participação sobre o total de 101,31 mil imóveis financiados com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e dos consórcios.

Com informações da Folhapress

IGP-M, conhecido como inflação do aluguel, sobe 2,73% em abril e preocupa mercado

Ilustração / Imagem gerada por IA

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) subiu 2,73% em abril, após registrar alta de 0,52% em março, informou na quarta-feira (29) a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o indicador acumula avanço de 2,93% no ano e variação de 0,61% em 12 meses. Em abril de 2025, o índice havia registrado alta de 0,24% no mês e acumulava 8,50% em 12 meses.

O IGP-M, conhecido como a “inflação do aluguel”, é aguardado por alguns segmentos do mercado pois é utilizado como referência em alguns contratos, tarifas e reajustes.

Para o professor de economia do Ibmec Brasília, Renan Silva, os números são de “saltar aos olhos”, especialmente vindo de uma base de 0,52% no mês anterior. “A preocupação não deve recair sobre o número cheio de 12 meses [0,61%], que

ainda parece baixo, mas sim sobre a velocidade da aceleração recente”.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), componente com maior peso no cálculo do IGP-M, passou de 0,39% em março para 3,57% em abril. No estágio de bens finais, a taxa saiu de 0,70% para 1,35%. O grupo alimentos processados passou de 1,43% para 1,91%. Excluindo alimentos in natura e combustíveis para o consumo, o núcleo de bens finais avançou de 0,42% para 0,59%.

No grupo bens intermediários, a taxa variou de -0,11% em março para 1,25% em abril. O principal movimento veio do subgrupo materiais e componentes para a manufatura, que passou de -0,25% para 1,44%. O núcleo de bens intermediários saiu de 0,20% para 0,64%. Nas matérias-primas brutas, a taxa



IGPM é usado como referência em alguns contratos de aluguel

de 0,58% em março foi para 8,13% em abril. Entre os itens com maiores variações estão minério de ferro, bovinos e soja em grão. Em sentido oposto, apresentaram desaceleração o arroz em casca e aves.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) caiu de 0,80% em março para 0,46% em abril. Das oito classes de despesa pesquisadas, cinco registraram recuo nas taxas de variação: habitação, transportes,

alimentação, despesas diversas e comunicação. Houve alta em educação, leitura e recreação, saúde e cuidados pessoais e vestuário. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) subiu 0,59% em abril, após alta de 0,38% em março. O índice de materiais, equipamentos e serviços passou de 0,41% para 0,51%. O custo da mão de obra variou de 0,34% para 0,67%. “Acredito que o grande vilão seja o IPA, que disparou para 3,57% em abril. É aqui que os conflitos geopolíticos e a instabilidade global mostram sua face mais agressiva. Guerras e tensões internacionais costumam pressionar os preços de energia e matérias-primas básicas” - cita Renan.

Segundo a FGV, o período de coleta de preços para o resultado de abril foi de 21 de março a 20 de abril.

JORNAL DO SERVIDOR

POR
DA REDAÇÃO

Divulgação / PCDF



Inscrições podem ser realizadas entre 7 e 25 de maio

Concurso da Polícia Civil do Distrito Federal tem 150 vagas

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) divulgou retificação do edital do concurso público para Delegado de Polícia, que oferece 150 vagas imediatas, além de cadastro reserva. O cargo exige nível superior em Direito e comprovação de três anos de atividade jurídica ou policial. A remuneração inicial é de R\$ 26.690,15 para jornada de 40 horas semanais em regime de dedicação exclusiva. Entre as mudanças anunciadas estão ajustes no cronograma, critérios de pontuação e regras de reserva de vagas. As inscrições poderão ser realizadas entre 7 e 25 de maio de 2026, no site do Cebraspe, com taxa de R\$ 310. As provas objetivas estão previstas para 5 de julho, no Distrito Federal.

Concurso do Conselho de Biomedicina

As inscrições para o concurso público do Conselho Federal de Biomedicina (CFBM), no Distrito Federal, terminam no dia 4 de maio, às 16h. A seleção oferece 40 vagas entre imediatas e cadastro reserva para cargos de nível superior, com salários de R\$ 13 mil a R\$ 15 mil. As oportunidades são para advogado, contador, analista de comunicação e fiscal biomédico. As provas objetivas estão previstas para 14 de junho e a banca é o Instituto Consulplan.

Divulgação



Greve por período indeterminado em dois postos

Greve em Correios de Campo Grande

Dois postos dos Correios da Zona Leste de Campo Grande (MS) iniciaram greve, com a paralisação indeterminada dos trabalhadores. A secretária de Administração e Finanças do sindicato, Elaine Regina, explicou que os Correios informaram que irão fechar os centros de distribuição, o que pode colocar em risco o direito dos empregados. "O projeto, na nossa visão, é a destruição dos Correios". A categoria afirma que a reestruturação proposta pela gestão nacional compromete o atendimento à população e a manutenção da estatal.

Sete dias de greve em Florianópolis

Servidores públicos de Florianópolis completaram uma semana de greve, refletindo na rotina da população, principalmente na educação e na saúde, que enfrentam redução no atendimento. A greve segue por tempo indeterminado. Os trabalhadores iniciaram a mobilização após rejeitarem uma proposta da prefeitura, além disso, eles denunciaram sobrecarga e piora nos serviços.

Transparência I

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, assinou a resolução para criar o Portal Nacional de Passivos Funcionais do Poder Judiciário. A medida tenta dar uma solução para os "penduricalhos", adicionais pagos a servidores públicos que ficam de fora do teto salarial do funcionalismo.

Transparência II

Os tribunais do país terão 60 dias para se adequar às novas regras e disponibilizar o sistema de forma integral. A medida determina que o portal apresente dados sobre benefícios pagos, decisões judiciais ou administrativas e até correção monetária. A medida reforça a transparência dos órgãos públicos.

Ensino Superior I

Tramita na Câmara o Projeto de Lei nº 2028/2026, da deputada Camila Jara (PT/MS), que trata da escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por processo de votação interna com voto paritário entre docentes, discentes e técnicos administrativos. Na prática, servidores passam a ter poder de escolha do reitor.

Ensino Superior II

A proposta também altera a Lei nº 5.540/1968 ao eliminar dispositivos que sustentavam o modelo de lista tríplice, aproximando as lfes das regras já aplicadas aos Institutos Federais. Para servidores técnico-administrativos, isso muda a dinâmica institucional ao ampliar a influência no processo decisório e reduzir a influência de apenas um segmento nas indicações.

Policiais Antigo DF I

Também tramita na Câmara o PL nº 2050/2026, de autoria do deputado Luciano Vieira (PSDB/RJ), que trata da regulamentação de direitos remuneratórios e previdenciários de policiais militares e bombeiros do antigo DF. Na prática, garante a manutenção de parcelas já incorporadas aos proventos e impede reduções salariais.

Policiais DF II

O mesmo projeto também trata da equiparação de reajustes e benefícios entre militares do antigo DF e os do atual Distrito Federal, além de consolidar regras de cálculo e correção de remunerações. A proposta traz previsibilidade nos reajustes, devolução de descontos indevidos e garante segurança jurídica de aposentadorias.



Setor público no país reúne de 11 a 12 milhões de trabalhadores.

Brasil está entre os países com mais servidores

Resultado varia conforme a metodologia usada

Da Redação

O Brasil aparece entre os países com maior participação de trabalhadores no setor público em rankings internacionais que comparam o tamanho do Estado no mercado de trabalho. O levantamento reúne dados de diferentes instituições, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial, o FMI, além de estatísticas do Eurostat e dados do IBGE. As bases usam critérios diferentes para definir emprego público, o que afeta a comparação entre países.

No Brasil, o setor público reúne cerca de 11 a 12 milhões de trabalhadores. A distribuição estimada no Executivo, incluindo União, estados e municípios, é de cerca de 9,5 a 10 milhões de servidores; no Legislativo, aproximadamente 200 a 250 mil; e no Judiciário, cerca de 500 a 600 mil. Esses números incluem administração direta e indireta, além de diferentes regimes de contratação no serviço público.

Outros países

Na França, são cerca de 5,5 a 6 milhões; na Alemanha, 5 a 5,5 milhões; no Reino Unido, 6 a 6,5 milhões; na Itália, 3,5 a 4 milhões; na Espanha, 3 a 3,5 milhões; e no Canadá, cerca de

3 a 3,5 milhões. Nos países nórdicos, os números absolutos são menores: a Suécia tem cerca de 1,3 a 1,5 milhão de trabalhadores no setor público; a Noruega, 0,9 a 1 milhão; a Dinamarca, 0,9 a 1 milhão; e a Finlândia, 0,7 a 0,8 milhão. Nos Estados Unidos, o setor público soma cerca de 22 milhões de trabalhadores, incluindo níveis federal, estadual e local, mas com menor participação proporcional em relação ao total de ocupados.

As diferenças entre países ocorrem porque os levantamentos usam definições distintas de emprego público. Em alguns casos, entram apenas servidores da administração direta; em outros, também são incluídas estatais, militares e trabalhadores terceirizados ligados ao setor público.

Proporções

Em comparações proporcionais, o Brasil aparece em posição elevada em parte dos indicadores, especialmente quando analisado em relação a países fora da OCDE. Já em recortes mais amplos, países europeus com maior presença do Estado no bem-estar social aparecem com participação superior. Essas variações mostram que não há um ranking único sobre o tema. A posição do Brasil depende do critério utilizado em cada base de dados e do tipo de vínculo considerado como emprego público.

Internet

CORREIO NO MUNDO

US Embassy New Zealand



Aumento da temperatura do oceano ameaça as geleiras

Água quente do oceano ameaça geleiras da Antártida

A água quente profunda do oceano tem se deslocado em direção à Antártida e ameaça as plataformas de gelo que protegem o continente. É o que diz o estudo publicado nessa segunda-feira na revista científica *Communications Earth & Environment* liderado pela Universidade de Cambridge em colaboração com a Universidade da Califórnia. Uma massa de água quente se expandiu e deslocou em direção à Antártida nos últimos 20 anos. O estudo reuniu medições oceanográficas de longo prazo coletadas por navios e dispositivos flutuantes robóticos. Tendência de aquecimento era prevista pelos modelos climáticos devido ao aquecimento global. Até então, porém, cientistas não tinham observações oceanográficas suficientes para detectá-lo.

Oceanos armazenam excesso de calor

Mais de 90% do excesso de calor causado pelo aquecimento global é armazenado no oceano, e o Oceano Austral absorve a maior parte desse calor de origem humana. “É preocupante, porque essa água quente pode fluir por baixo das plataformas de gelo da Antártica, derretendo-as por baixo e desestabilizando-as”, disse Joshua Lanham, autor principal do estudo do Departamento de Ciências da Terra de Cambridge.

Jerzy Strzelecki via Wikimedia Commons



Fauna da Antártida está sob risco de perder seu habitat

Problema pode ser ainda maior

Risco principal é o derretimento das plataformas de gelo, o que pode acelerar a elevação do nível do mar. As plataformas de gelo desempenham um papel importante ao conter as grandes massas de gelo interior e as geleiras da Antártica, que juntas armazenam água doce suficiente para elevar o nível do mar em cerca de 58 metros. Problema pode ser ainda maior, já que o aquecimento não implicaria apenas no derretimento do gelo e na elevação do nível do mar. O Oceano Austral desempenha um papel fundamental na regulação do armazenamento global de calor e carbono.

“Torneira” de água quente

“No passado, as plataformas de gelo eram protegidas por um banho de água fria, que impedia o derretimento. Agora parece que a circulação do oceano mudou, e é quase como se alguém tivesse aberto a torneira de água quente e o banho estivesse esquentando”, disse Sarah Purkey, professora do Instituto de Oceanografia Scripps e uma das autoras do estudo.

IA na medicina

Avanços na inteligência artificial, nas redes de internet e nos sensores devem alavancar o uso de robôs em cirurgias e de aparelhos capazes de receber comandos pela mente, segundo aponta o relatório divulgado durante o Fórum Econômico Mundial, realizado na comuna de Davos, na Suíça.

Fórum de Davos

Segundo estudo de pesquisadores do Fórum e da consultoria Capgemini, a tecnologia pode ajudar os países a enfrentar uma carência de profissionais especializados. Nos EUA, por exemplo, devem faltar algo entre 10.100 e 19.900 cirurgiões até 2036, cujo serviço seria assumido por robôs.

Precisão cirúrgica

Outros ganhos seriam eficiência no uso de energia e otimização de fluxos de trabalho. O relatório destaca 8 soluções que devem chegar ao mercado nos próximos meses: robôs cirúrgicos, laboratórios autônomos, inteligência artificial na descoberta de materiais e moléculas, a comunicação com aparelhos por meio da mente.

Trabalhos pesados

Além de redes inteligentes na eletricidade e o aluguel de robôs para fábricas e aplicativos para coordenar negócios segmentados. Além do desenvolvimento tecnológico, o estudo cita como avanços regulatórios, a exemplo da permissão de medicamentos que façam edição genética nos EUA, devem garantir que novos produtos ganhem mercado.

Política industrial

“Essa mudança tem implicações não apenas para as empresas, mas também para as estratégias de crescimento nacional e política industrial”, disse Jeremy Jurgens, Diretor Executivo do Fórum Econômico Mundial. “Economias que alinham talento, infraestrutura, dados e políticas estarão melhor posicionadas”, prosseguiu.

Em transformação

“Estão melhor posicionadas para capturar os benefícios das tecnologias convergentes em um cenário global em rápida transformação”, concluiu Jeremy Jurgens.

A lista teve base em “inúmeras entrevistas, discussões, workshops e pesquisas”, segundo afirmaram os autores na apresentação.



Presidente americano postou essa montagem na Truth Social

Trump diz que cansou de ser ‘bonzinho’ com o Irã

Nas redes sociais, americano exibiu montagem de IA segurando fuzil

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a ameaçar o Irã nesta quarta-feira (29), em meio ao impasse das negociações pelo fim do conflito no Oriente Médio. O republicano publicou uma imagem gerada por Inteligência Artificial em que aparece segurando uma arma, com explosões ao fundo, e a mensagem: “Chega de ser bonzinho”.

No post, Trump disse que Teerã “não é capaz de se organizar”. “Não sabem como assinar um acordo não nuclear. É melhor se apressarem”, escreveu.

Na véspera, a Casa Branca anunciou que está analisando a proposta mais recente do Irã para reabrir o estreito de Hormuz, rota marítima por onde passa cerca de um quinto do petróleo comercializado no mundo.

De acordo com a agência de notícias Reuters, que ouviu relatos de funcionários do governo Trump, o presidente estaria insatisfeito com o plano apresentado. Ele, inclusive, teria ordenado à sua equipe que se prepare para um bloqueio prolongado dos portos iranianos, em uma tentativa de forçar Teerã a ceder.

A proposta apresentada por Teerã prevê negociações em etapas. Um primeiro passo exigiria o fim da guerra e garantias de que os EUA não possam retomá-la. Em seguida, os negociadores tratariam do bloqueio naval americano aos portos iranianos e do futuro

de Hormuz, que o Irã pretende reabrir sob seu controle.

Somente depois disso as negociações abordariam outras questões, incluindo a disputa sobre o programa nuclear iraniano, com Teerã ainda buscando algum tipo de reconhecimento por parte dos EUA de seu direito de enriquecer urânio.

O republicano, no entanto, quer que as negociações em torno de um acordo nuclear sejam tratadas desde o início. Além disso, segundo reportagem do *The Wall Street Journal*, Trump não vê boa fé por parte dos iranianos e confia poder obrigar o país persa a suspender o enriquecimento de urânio por 20 anos e a aceitar restrições rigorosas.

Ainda de acordo com o *Wall Street Journal*, Trump afirmou a seus aliados, durante uma reunião de crise na Casa Branca, que tanto retomar os bombardeios quanto se retirar do conflito eram opções arriscadas demais. Ainda que novos ataques não estejam descartados, a estratégia por ora é pressionar Teerã pela via econômica, afetando as exportações de petróleo, até que o país aceite todas as exigências.

O presidente Donald Trump enfrenta pressão interna para encerrar a guerra. Sua taxa de aprovação caiu ao nível mais baixo de seu atual mandato, à medida que cresce a insatisfação com o custo de vida e com o conflito impopular, segundo uma pesquisa Reuters/Ipsos.

CORREIO ESPORTIVO

Raphael Silvestre/Guarani FC



Parte da alta se dá pela venda de atletas da base

Guarani fecha 2025 com superávit histórico de R\$ 8 mi

O Guarani encerrou o ano de 2025 com um desempenho financeiro positivo, registrando números expressivos em seu balanço. Ao longo da temporada, o clube somou R\$ 63,5 milhões em receitas totais, incluindo ganhos operacionais e financeiros, enquanto as despesas chegaram a R\$ 56,8 milhões. Com isso, o resultado final foi um superávit histórico de cerca de R\$ 8 milhões. Grande parte dessa arrecadação veio da negociação de direitos econômicos de atletas, que rendeu R\$ 42,1 milhões, dos quais R\$ 6,1 milhões tiveram origem em jogadores formados na base. O relatório também aponta equilíbrio na folha salarial, que representou aproximadamente 37% da receita anual, percentual considerado adequado.

Dívida segue alta, mas controlada

Apesar do resultado positivo, o clube ainda convive com um passivo elevado, na casa dos R\$ 320 milhões. Segundo a diretoria, a dívida está estabilizada graças ao cumprimento de acordos firmados dentro do processo de Recuperação Judicial. Antes de seguir para votação no Conselho Deliberativo, as contas enfrentaram atraso devido à troca da empresa de contabilidade, o que postergou a entrega dos relatórios.

Jessica Mariz/SEDPcD/Divulgação



Competições reúnem jovens atletas no CT Paralímpico

Jogos paralímpicos iniciam seletivas

A primeira seletiva dos Jogos Escolares Paralímpicos do Estado de São Paulo (JEEESP) foi realizada nesta terça-feira (28), no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, reunindo estudantes em provas de atletismo, bocha e futebol para pessoas com paralisia cerebral. As disputas não promoveram apenas a competição, mas também a inclusão e o intercâmbio entre jovens atletas em início de trajetória no paradesporto. Ao todo, o JEEESP reúne cerca de 300 inscritos nas quatro seletivas programadas entre abril e maio, abrangendo 15 modalidades.

Evento reúne jovens e promove inclusão

A competição serve como etapa classificatória para a final estadual, prevista para agosto, além de ser uma vitrine para novos talentos do paradesporto paulista. Entre os destaques, o atleta Yuri Cabral, de 18 anos, venceu a prova Petra dos 100 metros rasos. A iniciativa também busca selecionar representantes para as Paralimpíadas Escolares e incentivar o ingresso em programas esportivos.

SAF em debate

O empresário Diego Fernandes tenta transformar o São Paulo em SAF sem passar pelo Conselho Deliberativo. A proposta prevê convocar uma Assembleia Geral com apoio de 20% dos sócios votantes (cerca de 1,6 mil assinaturas). O estatuto permite essa via, considerada instância máxima do clube.

Joia do Verdão I

Em alta no futebol feminino, Tainá Maranhão, do Palmeiras, virou alvo internacional. Aos 21 anos, a atacante soma seis propostas oficiais de clubes da Espanha, México, EUA e Inglaterra. Apesar do assédio e da chance de uma venda recorde, o clube descarta negociar agora e prioriza o projeto esportivo.

Joia do Verdão II

Mesmo com a possibilidade de protagonizar a maior venda da história do futebol feminino, o Palmeiras opta por manter Tainá Maranhão. O clube aposta na continuidade da jogadora, destaque do Brasileirão, e segue investindo na estrutura da modalidade, como o novo centro de excelência.

Auxiliar mantido

Após impasse financeiro, a Ponte Preta acertou a permanência de Edson Boaro. O auxiliar, que cobrava 14 meses de salários atrasados e chegou a se despedir, teve a situação renegociada. Ele retorna aos treinos e reforça a preparação para o duelo contra o São Bernardo, neste domingo, no estádio Primeiro de Maio, pela Série B.

Estádio abandonado

O Estádio dos Amaros, em Itápolis, vive um cenário de abandono quase 10 anos após sediar sua última partida, em abril de 2016. Antes considerado o principal ponto esportivo da cidade, o local hoje reflete o impacto da saída do clube que o utilizava, deixando para trás uma estrutura sem uso e marcada pela deterioração.

Causa do abandono

A mudança do clube para outras cidades e sua posterior reformulação contribuíram para o afastamento definitivo da identidade construída em Itápolis. Com novas diretrizes, nome e estrutura, a equipe rompeu vínculos com sua antiga sede, enquanto o estádio permaneceu sem função esportiva.



Equipe celebra acesso histórico após empate decisivo

Juventus retorna ao Paulista após 18 anos

Equipe da Mooca garante acesso ao chegar à final do Paulista A2

Da Redação

O Clube Atlético Juventus encerrou um longo período de espera e garantiu o retorno à elite do futebol paulista após 18 anos. A classificação veio com a vaga na final do Paulista A2 de 2026, conquistada diante do Votuporanguense, em um confronto marcado por equilíbrio e emoção. No jogo de ida, na Rua Javari, o time da Mooca venceu por 2 a 1 de virada. Após sair atrás no placar com gol de Marcos Nunes, reagiu no segundo tempo com Elkin Muñoz e confirmou a vitória com Romário, que marcou aos 36 minutos e levou a torcida à euforia.

Na partida de volta, realizada na Arena Dr. Plínio Marin, o Juventus segurou o empate sem gols e assegurou a classificação para a decisão, resultado suficiente para carimbar o acesso. O desempenho nas semifinais coroou uma trajetória consistente da equipe ao longo da competição.

Campanha consistente

O time juventino terminou a primeira fase na sétima colocação, com 23 pontos em 15 jogos, somando seis vitórias, cinco empates e quatro derrotas. O ataque marcou 22 gols, enquanto a defesa sofreu 20, garantindo a vaga entre os classificados. Na segunda fase, os clubes foram divididos em grupos, e o Juventus avançou como segundo

colocado do Grupo 3, que também contava com Ferroviária, São José e Sertãozinho.

Com 12 pontos em seis partidas, a equipe registrou quatro vitórias e duas derrotas, além de apresentar uma das defesas menos vazadas da fase, ao lado do XV de Piracicaba. O equilíbrio entre os setores foi determinante, com destaque ofensivo para Elkin Muñoz, autor de sete gols, Paulo César, com cinco, e Romário, com quatro. No sistema defensivo, Thomás Kayck também teve papel importante, contribuindo com um gol e uma assistência.

Tradição e retorno

Fundado em 20 de abril de 1924, no bairro da Mooca, o Clube Atlético Juventus é uma das equipes tradicionais do futebol paulista, com forte ligação à comunidade de origem italiana. Ao longo de sua história, acumulou participações expressivas na elite estadual e títulos relevantes, como o Campeonato Paulista de 1934, além de conquistas da Série A2, da Copa Paulista e do Campeonato Brasileiro da Série B.

Apesar da trajetória vitoriosa, o clube enfrentou um longo período distante da primeira divisão, sem disputar o Paulista desde 2008. O acesso conquistado agora reacende a expectativa da torcida juventina, que volta a sonhar com novos capítulos na elite do futebol paulista e com a retomada do protagonismo.

Marcelo Perillier

Vista do Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no Mirante do Cruzeiro



Aparecida é a cidade de Nossa Senhora da Conceição

Município de São Paulo soube aproveitar o turismo religioso como fonte de renda. Em 2 de maio, acontece a missa canônica do novo bispo

Por Marcelo Perillier

No caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo, às margens da Rodovia Presidente Dutra, existem várias cidades que têm histórias para contar e revelar. Uma delas, em especial, é universal. Contagia pela sua principal estrutura. É adorada por milhões de brasileiros e, a cada feriado, é aclamada por muitos fiéis. Não é santa, mas tem nome, justamente porque foi e é nela que está nossa padroeira. Aparecida do Norte ou, simplesmente, Aparecida é marcada pelo Santuário, e os moradores souberam aproveitar bem isso, fazendo dele o chamariz turístico e econômico do município.

Aparecida é mais do que a cidade onde está a Basílica e a história de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que ganhou esse nome por ter “aparecido” ao acaso. A partir de uma estátua de barro encontrada no rio Paraíba do Sul, no século XVIII, e venerada até hoje por muitas gerações, nasceu um grande exemplo de como o turismo religioso pode ser a base econômica de um município.

E, neste sábado, 2 de maio, essa fonte de riqueza será testada, com a missa canônica do novo bispo: Dom Mário Antônio da Silva, nomeado pelo papa Leão XIV, no lugar de Dom Orlando Brandes, que se tornou arcebispo emérito de Aparecida por ter completado 80 anos.

Dom Mário iniciou o episcopado em 2010, como bispo titular de Arena e auxiliar de Manaus. Em 22 de junho de 2016, foi nomeado pelo Papa Francisco como o sexto bispo de Roraima. Em 23 de fevereiro de 2022, foi nomeado também por Francisco como o sexto arcebispo de Cuiabá. Em 2 de março de 2026, foi transferido pelo Papa Leão XIV para a Arquidiocese de Aparecida.

Além do Santuário

Hoje, com uma população próxima de 36 mil habitantes, a cidade recebe turistas o ano todo. Em 2025, foram aproximadamente 10 milhões de pessoas visitando o Santuário. Mas Aparecida vai além da Basílica. No caminho entre a Igreja e o Porto Itaguaçu, onde há um passeio de barco até o local em que foi encontrada a ima-

gem de barro de Nossa Senhora, existe uma trilha chamada Caminho do Rosário. O próprio nome já diz: são os quatro mistérios (Gozosos, Luminosos, Dolorosos e Gloriosos) exibidos em esculturas.

Para chegar até o local, há três opções: a pé, atravessando uma ponte de ferro; de táxi, com valor médio de 25 reais; ou de ônibus, que custa 15 reais por pessoa. Caso esteja cansado ou não queira observar as obras dos mistérios do Rosário, existe outro meio para chegar ao porto: o Trem do Devoto, cuja passagem custa 30 reais.

No Porto Itaguaçu, para pegar o barco, ainda há outra trilha, que atravessa o Parque Três Pescadores. O passeio custa 45 reais e dura cerca de 20 minutos. Um dado importante é que tanto no local onde se pega o trem quanto no Porto Itaguaçu há lojas para comprar imagens de santos, terços e outros objetos religiosos, com preços mais em conta do que dentro do Santuário, porém, sem a mesma variedade encontrada na Basílica, principalmente na loja do subsolo.

Outra atração em Aparecida é o teleférico, que leva ao Mirante do Cruzeiro, de onde é possível ver a cidade do alto, em uma visão de 360 graus. Há também o Morro do Presépio, com cenas bíblicas, e o Aquário de Aparecida.

O Santuário

Ele não tem ouro, mas brilha de dia e de noite. Seu conjunto arquitetônico impressiona, tornando-o imponente e atrativo para todos. O Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida é uma obra de arte a céu aberto. Suas paredes têm histórias para contar, e em cada porta há um salmo para louvar.

As missas, claro, são cheias, mas há horários em que ficam mais vazias, principalmente à tarde e à noite. À noite, aliás, é um bom momento para ver e tirar fotos da imagem de Nossa Senhora, pois a igreja está praticamente vazia, além de permitir apreciar o Santuário iluminado. Uma recomendação é evitar as missas da manhã, pois são os horários das romarias e caravanas, e é difícil encontrar lugar para sentar. Procure ir depois do almoço.

Com os 12 apóstolos de Cristo na praça central, pode-se começar desbravando a Basílica pelas Capelas da Ressurreição, onde estão enterrados os bispos de Aparecida, e pela Capela do Batismo, que simula o batismo de Jesus. Adentrando, há a Capela das Velas, onde se pode acender uma vela em intenção de promessas. Falando nisso, o Salão das Promessas, no subsolo, é um lugar que impressiona pela beleza e pela espiritualidade.

Do lado de fora, há duas lojas onde se podem comprar objetos religiosos. Alguns recomendam a feirinha próxima ao Santuário por ser mais barata, mas a qualidade nem sempre é a melhor. No Museu da Basílica, localizado na Torre do Relógio, é possível conhecer a história da construção e da devoção a Nossa Senhora. Além disso, há o Obelisco dos Sinos e uma homenagem a Nossa Senhora de Fátima.

Hotelaria

Pode parecer incrível, mas Aparecida tem um hotel a cada esquina, ou melhor, a cada cem metros. A cidade conta com várias opções, e este jornalista recomenda a Pousada Santa Maria, localizada na chamada “rua da mão inglesa”, onde se hospedou ao visitar o município.

A proprietária, Vanda, tem 80 anos e está no local há 35 anos. Coordena o espaço junto com as filhas. A pousada funciona em um edifício reformado, onde os apartamentos foram transformados em quartos. Alguns deles comportam famílias grandes ou até vários casais.

O café da manhã é simples, mas bastante variado, com pão de queijo, frios, frutas, bolos, pães, ovos mexidos e salsichas. E Vanda é uma simpatia em pessoa: conversa bastante, gosta de contar histórias e conhece a cidade como ninguém. O preço é bastante acessível e vale cada centavo gasto.

Música

De Renato Teixeira vem o hino popular de Aparecida, “Romaria”, cujos versos dizem: “Sou caipira, pira-pora, Nossa Senhora de Aparecida, que ilumina a mina escura e funda o trem da minha vida”.

E assim é a cidade: com o ar profundo do campo, a graça de uma santa e abençoada por nossa padroeira.

Marcelo Perillier



Escultura em homenagem aos três pescadores que acharam a imagem de Nossa Senhora do Rio Paraíba, em Porto Itaguaçu

PINGA-FOGO

■ **A TURMA DE RENAN CALHEIROS QUER BRUNO DANTAS NA VAGA DE BARROSO** - A turma do Planalto está com uma pulga atrás da orelha sobre a derrota de Jorge Messias, provocada por uma declaração infeliz de Lula sobre o desejo de indicar o ministro do TCU, Bruno Dantas, para próxima vaga aberta no STF. "Na próxima vaga vou indicar Bruno, estou em débito com ele"; teria dito Lula a um interlocutor próximo a Dantas.

■ Foi uma senha perigosa. A lógica foi simples. Por que não abrir a vaga agora? Com Rodrigo Pacheco pré-candidato ao Governo de Minas e com o crescente movimento de rejeição a Messias, os votos dos senadores algoanos e daqueles que gravitam em torno de Renan Calheiros funcionaram como uma pá de cal para enterrar a votação.

■ **A pulga na orelha da turma palaciana é para identificar se houve realmente digitais do movimento pró-Bruno nos votos que faltaram a Jorge Messias. Bruno Dantas sonha em ser integrante do STF há muito tempo e é capaz de um malabarismo político para que isso ocorra.**

■ **AS DIFICULDADES QUE O NOME DE RODRIGO PACHECO TERÁ DE ENFRENTAR PARA IR AO STF** - As chances de senador Rodrigo Pacheco ser pinçado para a vaga de Jorge Messias ficam remotas por duas razões: fortalece ainda mais Davi Alcolumbre e reorganiza a direita em Minas, hoje fragmentada. No Lula 1 e Lula 2, o presidente teria a humildade em reconhecer que errou e trazer Pacheco para o STF, já no Lula 3 o fator Janja não permite que o presidente calce a sandália humildade e peça desculpas por ter atropelado a candidatura do ex-presidente do Senado.

■ **FALTA CONSENSO NA IDA DE COUTO PARA O STJ** - A vaga do ministro Saldanha Palheiro não seria destinada ao desembargador Ricardo Couto pelas conversas de bastidores do STJ. O racha entre os ministros fluminenses deixa o consenso cada vez mais difícil.

■ **EFEITO COLATERAL DA ATUAÇÃO POLÍTICA DE ZANIN E LULA** - A atuação dos ministros da cota de Lula no STF, Cristiano Zanin e Flávio Dino, agravou o clima de rejeição de mais um ministro lulista na corte. O caso da votação do processo sucessório do Rio foi uma fratura exposta da atuação do Planalto na decisão de enfraquecer a direita e evitar a passagem do governo estadual para opositores de Eduardo Paes. Depois que Quaquá, Eduardo Paes e Marcelo Freixo fizeram a cabeça de Lula, os dois ministros agiram em sintonia com o que queria o Planalto. Duas posições baseadas em uma grande coincidência.

■ **O CASO MASTER NAS MÃOS DO GRANDE ALIADO DA CANDIDATURA DE MESSIAS AO STF** - Teve gen-



Reeleito, José Aparecido teve gestão marcada por eficiência e expansão



O presidente reeleito, José Aparecido Freire, com os vice-presidentes Sebastião Abritta (1º), Ovídio Maia (3º), e o vice-presidente financeiro Joaquim Santos

José Aparecido é reeleito presidente do Sistema Fecomércio-DF

O presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, foi reeleito na manhã de quarta-feira (29). A votação ocorreu na sede da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, onde 24 representantes de sindicatos empresariais escolheram, por unanimidade, sua recondução ao cargo.

Antes disso, Aparecido foi eleito para um mandato tampão, em 2021, e, na sequência, para o mandato regular, em 2022. Ele também segue como presidente dos Conselhos Regionais do Sesc-DF e do Senac-DF pelos próximos quatro anos.

A chapa encabeçada por Aparecido foi a única registrada no processo eleitoral, não havendo disputa com outros candidatos. A composição das vice-presidências da Federação permanecerá a mesma, com os empresários Sebastião Abritta (1º), Álvaro Silveira Junior (2º) e Ovídio Maia (3º) nos cargos. "Me sinto muito honrado em representar os empresários do Distrito Federal e em poder dar continuidade a um trabalho construído com diálogo, responsabilidade e foco em resultados. Sabemos da importância do setor produtivo para o desenvolvimento econômico e social da capital, e é com esse compromisso que seguimos atuando", afirmou Freire.

Kassab defende voto distrital em almoço empresarial do LIDE

O anfitrião João Doria, fundador e co-chairman do LIDE, comandou o Almoço Empresarial da última segunda-feira, 27 de abril, em São Paulo, que contou com a presença do presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab. O encontro reuniu lideranças para discutir temas estruturais do país.

Durante o evento, Kassab defendeu a adoção do voto distrital como caminho para melhorar a qualidade da representação política, argumentando que o modelo atual enfraquece a conexão entre eleitores e parlamentares. Segundo ele, a mudança fortaleceria a fiscalização popular e teria impacto direto na atuação do Congresso, embora ainda enfrente resistência política para avançar.



João Doria (fundador e co-chairman do LIDE) e Gilberto Kassab (PSD)



Gilberto Kassab (PSD) e Carla Morando, deputada estadual (PSD-SP)



Gilberto Kassab (PSD), João Doria (fundador e co-chairman do LIDE), Luiz Fernando Furlan (co-chairman do LIDE)

te da direita ficando de sorriso amarelo depois de comemorar intensamente a derrota da indicação de Jorge Messias, quando foi lembrado que o maior cabo-eleitoral do candidato era o ministro André Mendonça, relator do explosivo caso Master. Alguns dos algozes da candidatura do Advogado-Geral da União estão atolados até o pescoço no caso do banco. E se Mendonça resolver ser ainda mais implacável?

■ **O CLIMA AZEDOU ENTRE ZANIN E DINO** - O clima entre o grande apoiador de Jorge Messias

no STF, ministro Cristiano Zanin, e Flávio Dino teria ficado tão azedo que precisou da intervenção do presidente Lula. Com a derrota do candidato, deve ser acompanhado com tensão o clima entre os dois ministros nas próximas semanas.

■ **TURMA DE COUTO COM AS BARBAS DE MOLHO** - A ala do STF que deseja manter o interventor judicial do Rio, Ricardo Couto, à frente do Governo contava com a chegada de Jorge Messias para a votação que está 4 x 1, para restabelecer os 11 vo-

tos do plenário. Com 10 votantes, o resultado fica incerto. O impacto da rejeição do Senado teve reflexo na turma que está na frente do governo fluminense, achando que tinha super poderes.

■ **COLETIVA DE IMPRENSA DE PARTIDOS SOBRE A SUCESSÃO DO RIO GANHOU FORÇA** - O adiamento da coletiva de imprensa dos líderes do Senado e Câmara dos partidos União Brasil, Progressistas e PL, defendendo o restabelecimento do respeito constitucional à sucessão do gover-

no do Rio, se deu quando a contabilidade dos votos sobre a votação no plenário do Senado apontou a derrota do candidato do Governo.

■ **Prevista para às 16 horas da histórica quarta, 29, foi transferida para terça, 05 de maio. Os partidos chegam fortalecidos para denunciar o desrespeito à Constituição. O Rio está no limbo jurídico, com um Governador Constitucional e um Interventor Judicial pendurado por uma liminar provocada pelo partido do candidato Eduardo Paes.**

Huguette Gallo



Instagram: @huguette.gallo
E-mail: huguette.gallo@gmail.com

Anna-Marie Kellen © The Metropolitan Museum of Art/Reprodução

Estilista brasileira expõe na mostra do **MET Gala, em NY**

Muito além do glamour das celebridades, o Met Gala 2026 cumpre sua missão principal: arrecadar fundos para o Costume Institute do Metropolitan Museum of Art, em Nova York. O evento, ocorre na primeira segunda-feira de maio (dia 4), e busca superar o recorde de 2025, quando arrecadou impressionantes US\$ 31 milhões.

Nesta edição, o dress code desafia a imaginação com o tema “Fashion is Art” (Moda é Arte). A proposta convida os hóspedes a vestirem peças que funcionem como obras de arte vivas ou colaborações diretas entre estilistas e artistas plásticos. O espetáculo da escadaria serve como a abertura oficial da exposição “Costume Art”, sob curadoria de Andrew Bolton.

E tem destaque brasileiro na mostra: é a estilista Renata Buzzo, que apresenta a peça “Anatomia do Corset”. Sua obra traz uma estética visceral e surrealista, com órgãos do corpo humano — como o sistema reprodutor feminino e intestinos — costurados minuciosamente em saias e blazers.

A mostra Costume Art abre ao público em 10 de maio de 2026 e fica em cartaz até 10 de janeiro de 2027 nas novas galerias Condé Nast do Metropolitan Museum of Art, em Nova York.

A exposição é viabilizada pelo casal Jeff Bezos e Lauren Sánchez Bezos, com aporte adicional da Saint Laurent e da Condé Nast. Os Bezos também assinam o principal patrocínio do Met Gala e atuarão como anfitriões honorários da noite.



Renata Buzzo: “Anatomia do Corset”, da coleção primavera/verão de 2025

Conceito Comunicação/Divulgação



Cris Medeiros, Leandro Pozzi e Ana Paula Battistoni

O Boticário reforça a sua presença em Campinas com a reinauguração de sua loja no Shopping Parque Dom Pedro, na Entrada das Águas. A unidade passa a operar no modelo Ânfora Top, considerado o mais moderno da marca, oferecendo serviços personalizados de maquiagem e skincare, conduzidos por profissionais capacitados em um momento estratégico para o varejo, impulsionado pelo Dia das Mães.

“A reinauguração dessa loja marca um novo momento para nós em Campinas. Criamos um espaço mais confortável e acolhedor, pensado para receber bem os clientes e tornar a experiência de compra ainda mais especial, especialmente em datas importantes, como o Dia das Mães”, afirma Leandro Pozzi, diretor do Grupo Arpoador.

Comprometida com as pessoas e o planeta, a marca dispõe do maior programa de logística reversa em pontos de coleta do Brasil, o Boti Recicla, além de fazer parte do movimento Diversa Beleza, um compromisso com a beleza livre de estereótipos, e não realizar testes em animais.

Maio começa *respirando arte*

A Galeria Foto Ponto e a artista Manu Camargo apresentam a oficina ‘Eu Monstro’, nos dias 2 e 9 de maio. O encontro propõe uma investigação do autorretrato como território de invenção e metamorfose corporal. Por meio do desenho e da monotipia, os participantes são convidados a criar imagens que rompem com a representação tradicional, explorando fabulações e dissidências. Em dois encontros, a atividade une teoria, referências artísticas e experimentação prática para estimular a criação de retratos híbridos e em constante transformação. Na mesma Galeria, a produtora Auina Landi, com mais de 20 anos de carreira no mercado audiovisual, ministra nos dias 5 e 7 de maio o curso ‘Direção de Produção no Audiovisual’ e aborda desde análise de roteiro e desenho de produção até planilhas de orçamento, cronograma, ordem do dia e desprodução – ferramentas essenciais para gestão de sets de grandes produções. O público-alvo são produtores culturais, estudantes de cinema e audiovisual, artistas, gestores de projetos culturais e entusiastas do setor.



A artista Manu Camargo e a produtora Auina Landi